

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

GERALDA IRIS DE OLIVEIRA

**AS REGULARIDADES DISCURSIVAS NO PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)**

PORTO VELHO – RO

2016

GERALDA IRIS DE OLIVEIRA

**AS REGULARIDADES DISCURSIVAS NO PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras da linha de pesquisa Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens.

Orientadora: Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba

PORTO VELHO – RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

O48r

Oliveira, Geralda Iris de

As regularidades discursivas no processo de descrição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)/ Geralda Iris de Oliveira.- Porto Velho, Rondônia, 2016.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof. Dr.^a Marília Lima Pimentel Cotinguiba.

1. Discurso. 2. Livros-LIBRAS. 3. Regularidades discursivas. I. Cotinguiba, Marília Lima Pimentel. II. Título.

CDU: 81'4

GERALDA IRIS DE OLIVEIRA

**AS REGULARIDADES DISCURSIVAS NO PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras da linha de pesquisa Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens.

Orientadora: Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora

Professora Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Membro titular

Professora Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral
Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Membro titular

Professora Dra. Nídia Regina Limeira de Sá
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Membro suplente

Professor Dr. Élcio Aloisio Fragoso
Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Porto Velho, 27 de julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Sinto que em primeiro lugar devo agradecer ao criador do universo, essa energia positiva que nos permite abrir os olhos todos os dias e perceber que ainda temos mais uma chance de modificar o amanhã!

Meu agradecimento especial é dedicado à professora doutora Marília Lima Pimentel Cotinguiba que conheço há algum tempo (quase vinte anos), desde a minha graduação, em que a tive como professora e incentivadora a conhecer novos caminhos como, por exemplo, deste trabalho que inúmeras transformações provocou em mim... De sua parte, houve a conquista de um profundo respeito e admiração por ser justa, disponível, aberta, uma verdadeira orientadora no exercício do diálogo. Obrigada não só pelos conselhos (e foram muitos), mas também pela paciência com minhas limitações...

Ao professor doutor Élcio, que numa parceria com a professora Marília carinhosamente oportunizou não somente a mim, mas também a minha querida turma de mestrado em letras do ano de 2014, o contato com a teoria da AD e seus respectivos conceitos. Em especial, agradeço pelas valorosas contribuições como membro da banca de qualificação! Meu carinho e admiração por sua disponibilidade e competência.

À querida professora doutora, Nídia Regina Limeira de Sá que como membro externa da banca de qualificação trouxe preciosíssimas contribuições para o meu trabalho!!! Agradeço seu olhar de mãe de uma surda e de pesquisadora. Certamente suas sugestões foram relevantes para a consolidação da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras cujos debates e discussões fundamentaram minha prática e fazem parte do meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos meus colegas mestrandos com quem dividi não somente a alegria e descontração das aulas como também as angústias do momento solitário de escrever... sou extremamente grata pela cumplicidade e companheirismo que foram nossos aliados.

Aos meus familiares que me cobravam presença, mas entenderam que minha ausência nas mais variadas situações do cotidiano faziam parte de algo que eu estava buscando algo além do conhecimento...

E finalmente, eu dedico esta dissertação à comunidade surda de Porto Velho na pessoa de um surdo chamado Dejalma Braz Roberto Filho (in memoriam). Ele foi o

primeiro surdo com quem experimentei trocar os primeiros sinais de muitos que se seguiram... nós nos assemelhávamos no pouco conhecimento de LIBRAS, uma vez que a ele não foi oportunizado uma aquisição plena de sua língua natural e muito menos de sua segunda língua, a língua portuguesa e eu iniciava meu aprendizado de segunda língua. Com Dejalma, experimentei como seria prazeroso aprender a utilizar uma língua espaço visual e, além disso, conviver com pessoas culturalmente diferentes. Também, na convivência com pessoas surdas, no ambiente escolar, foi possível constatar a ineficaz experiência da dita “inclusão”!

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o processo de descrição da Língua Brasileira de Sinais e, de acordo com a teoria foucaultiana, encontrar as regularidades discursivas presentes nos enunciados que tentam conferir às línguas de sinais o mesmo status linguístico das línguas orais e que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS. Para tal, analisaremos a materialidade textual e as condições de produção de vinte e cinco fragmentos de textos divididos em cinco categorias 1. Aqueles que se referem às línguas de sinais como sendo línguas naturais; 2. Aqueles que se referem à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-auditiva; 3. Aqueles que se referem às crenças e preconceitos que envolvem as línguas de sinais; 4. Aqueles que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS; 5. Aqueles que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS. Além de encontrar a forma regular como esses discursos se organizam, é nosso intuito demonstrar como os discursos que constituem essas formações discursivas estão repercutindo de maneira a inscrever a LIBRAS no espaço privilegiado das línguas orais, o espaço das línguas naturais.

Palavras-chave: Discurso. Livros. LIBRAS. Regularidades discursivas

ABSTRACT

This study aimed to analyze the description of the process of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and, according to Foucault's theory, to find the discursive regularities in statements that try to give the sign language the same linguistic status of oral languages and to describe the linguistic aspects of LIBRAS. Thereunto, we are going to analyze the textual materiality and the production conditions of twenty-five fragments of text divided into five categories: 1. category with texts which refer to sign language as natural languages; 2. Those texts that refer to the modality of the sign languages in contrast with oral auditory modality; 3. Those texts which refers to the beliefs and prejudices involving sign language; 4. Those texts which refer to the internal structure of the signals in LIBRAS; 5. Those texts which refer to the presence of the deaf subject in the books of description of LIBRAS linguistic aspects. In addition to finding the regular basis how these discourses are organized, it is our aim to demonstrate how the discourses that constitute these discursive formations are reverberating so as to enter the LIBRAS in the privileged space of oral languages, the space of natural languages.

Key words : Discourse. Books .LIBRAS .regularities discursive

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

SEÇÃO 1: LÍNGUAS DE SINAIS 15

1.1 Um breve histórico das pesquisas linguísticas em línguas de sinais..	15
1.2 A contribuição do abade Charles Michel de l'Epée.....	15
1.3 O pioneirismo do americano William C. Stokoe	18
1.4 Estudos linguísticos da Língua de Sinais no Brasil.....	25
1.5 Crenças e preconceitos sobre as línguas de sinais.....	32

SEÇÃO 2: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 35

2.1 Análise do Discurso – Linha Francesa	35
2.1.1Pêcheux	36
2.1.2 Foucault	39
2.2 Identidade	43
2.3 Gramática descritiva	46

SEÇÃO 3: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA 50

3.1 Análise do corpus da pesquisa.....	50
--	----

SEÇÃO 4: ANÁLISE DE REGULARIDADES DISCURSIVAS NOS FRAGMENTOS DE TEXTOS DOS LIVROS DE DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 57

4.1 Fragmentos de textos relativos às Línguas de Sinais como Línguas naturais	60
4.2 Fragmentos de textos que se referem à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-auditiva	65
4.3 Fragmentos de textos relativos às crenças e preconceitos que envolvem as línguas de sinais	69

4.4 Fragmentos de textos que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS	73
4.5 Fragmentos de textos que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

LISTA DE SIGLAS

ASL – American Sign Language (Língua de Sinais Americana)

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Línguas de Sinais

LO – Línguas orais

AD – Análise de Discurso

ADF – Análise de Discurso de Linha Francesa

FD – Formação discursiva

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as línguas de sinais sempre foram vistas no mundo como mímicas, gestos, representação concreta da realidade, enfim, como linguagem e não como língua natural. Isso tem se propagado desde a antiguidade até os dias de hoje, constituindo um dos discursos sobre as línguas de sinais que circula na sociedade. No entanto, outros discursos têm se formado acerca das línguas de sinais. Na década de 1960, com a descrição da ASL (Língua de Sinais Americana) feita por William Stokoe, nos Estados Unidos e com a publicação de seu artigo em que reúne indícios, embasados em teorias linguísticas, de que as línguas de sinais são completas e possuem universais linguísticos como as línguas orais, começou a circular um discurso que se confronta com o discurso de línguas de sinais considerada apenas como “linguagem”.

No Brasil, a língua de sinais usada nos centros urbanos é a LIBRAS, reconhecida oficialmente como a língua da comunidade surda brasileira, devido à lei nº10.436/2002. Antes que a referida lei fosse sancionada, houve inúmeros estudos desenvolvidos por autoras brasileiras como: Lucinda Ferreira Brito, Tanya A. Felipe, Ronice Quadros, Lodenir Becker Karnopp, Sueli Fernandes e Karin Strobel, que em parceria com a comunidade surda assumiram uma atitude política e conseguiram movimentar a sociedade para que ocorresse tal reconhecimento. Assim, vários trabalhos têm se dedicado a descrever a LIBRAS e a tentar desmistificar as concepções que se formaram durante um longo período. Este trabalho se diferencia dos demais devido a seu caráter analítico em investigar os inúmeros discursos que envolvem a LIBRAS, a surdez e os surdos, visto que em torno da visão da surdez como deficiência se originaram diversos discursos que se entrecruzaram e constituíram formações discursivas as quais intentamos abordar e investigar.

O motivo desta escolha se deu pelo fato de que a LIBRAS ainda se encontra em um processo de descrição, os estudos são recentes e por ser uma língua de modalidade espaço visual percebe-se, nos livros, um discurso que tenta posicionar a línguas de sinais no mesmo patamar que ocupam as línguas orais, o de línguas naturais.

Desse modo, este trabalho consiste na análise dos livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS, por meio de um estudo sincrônico que revelam como a língua realmente está sendo usada, por quem essas sentenças são produzidas e em que período.

Os fragmentos de textos foram escolhidos a partir de cinco livros de descrição da LIBRAS de maior reconhecimento e circulação na sociedade brasileira, e levando em conta quatro aspectos observados como frequentes nos livros. Vejamos:

- A afirmação de que as línguas de sinais são línguas naturais;
- A afirmação de que as línguas de sinais possuem uma modalidade espaço visual;
- A descrição das crenças e preconceitos que envolvem as línguas de sinais;
- A explanação acerca da estrutura interna dos sinais na LIBRAS em comparação com palavras nas línguas orais;
- A presença do sujeito surdo no processo de descrição da LIBRAS.

A pesquisa foi organizada em dois momentos significativos, quais sejam, a teoria – que fundamentará a segunda parte – e a análise dos fragmentos de textos, presentes nos livros de descrição da LIBRAS, ambos divididos em seções.

A primeira seção, Línguas de Sinais, tem por objetivo apresentar um breve histórico das pesquisas linguísticas realizadas na área, onde foram iniciadas e as pessoas que primeiro reconheceram o potencial das línguas de sinais como meio legítimo de comunicação e expressão das comunidades surdas, presentes em todos os lugares do mundo e, a atualidade da língua de sinais no Brasil.

Na segunda seção, Das articulações teóricas e conceituais, procederemos à descrição teórica e conceitual a respeito de discurso, poder, arquivo, sujeito e formação discursiva de Michel Foucault; de Michel Pêcheux, discurso, memória discursiva, interdiscurso e condições de produção; e sobre o tipo de gramática utilizada pelos autores dos livros para apresentar a LIBRAS, no caso, a gramática descritiva – usaremos os escritos de Mário A. Perini e Sírío Possenti.

Já na terceira seção, Constituição do corpus da pesquisa, procedemos à descrição do corpus da pesquisa que é constituído por cinco livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS.

E, por último, na quarta seção, Análise de regularidades discursivas dos fragmentos de textos dos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS, trataremos da análise desses fragmentos, em cinco livros de descrição, objetivando através das formações discursivas perceber e apontar os enunciados que revelam as regularidades do discurso que tenta cientificizar a LIBRAS. Ademais, nos discursos destes livros há os discursos sobre a surdez e os surdos, o discurso pela educação dos surdos e, dos surdos sobre si mesmos, o que demonstra as representações acerca dos surdos e das identidades em formação dos surdos.

SEÇÃO 1 – LÍNGUAS DE SINAIS

1.1 Um breve histórico das pesquisas linguísticas em línguas de sinais

Neste primeiro capítulo da dissertação, temos por objetivo apresentar a história das pesquisas linguísticas em línguas de sinais. Consideramos que tais pesquisas tiveram início com a contribuição do abade francês Charles Michel de l'Épée que observou os surdos de Paris e percebeu o potencial da forma de comunicação utilizada por eles. Em seguida, ressaltaremos o legado do americano William C. Stokoe que, através de seus estudos e da divulgação dos mesmos, proporcionou um modelo comparativo às outras línguas de sinais, o que a exemplo do Brasil foi determinante para conferir à LIBRAS o status de língua natural. Por fim, terminaremos este capítulo mencionando as pesquisas de autores e pesquisadores brasileiros, principalmente nas figuras de Lucinda Ferreira Brito, Ronice Muller de Quadros, Lodenir B. Karnopp, Tanya A. Felipe, aplicadas ao estudo da linguística da língua brasileira de sinais.

Na história dos estudos das línguas de sinais, é possível perceber uma distância em termos de tempo e espaço geográfico. Quase duzentos anos separam a visibilidade dada à língua de sinais por l'Épée, na França, no século XVIII, do detalhado estudo feito por Stokoe, sobre a ASL, nos Estados Unidos, no século XX. No Brasil, nossos pesquisadores voltaram seu olhar para as reflexões sobre a língua de sinais, no final do século XX e início do século XXI.

Considerando a finalidade deste trabalho, faz-se necessário apontar e reconhecer a contribuição dos pesquisadores citados, uma vez que, a partir destes estudos, tornou-se possível percorrer caminhos que estão levando ao conhecimento de uma modalidade de língua (visuoespacial) diferente da utilizada pela maioria das pessoas e, até então, ignorada pela linguística.

1.2 A contribuição do abade Charles Michel de l'Épée

A história da educação de surdos e a história das línguas de sinais se mostram atreladas, unidas, de maneira que até se confundem, pois em vários momentos a “língua dos surdos” foi proibida, foi negada e em alguns momentos foi/é aceita, foi/é

reconhecida na tentativa de provar a ineficiência de sua utilização ou sua eficácia no processo de ensino. Um desses momentos, em que se tem conhecimento de que a língua de sinais foi aceita, foi reconhecida ocorreu primeiro no século XVIII, com a experiência vivida pelos surdos com o abade francês Charles Michel de l'Épée (1712-1789) que mesmo em idade já avançada, dedicou-se a promover a instrução dos surdos pobres dos arredores de Paris.

De acordo com Carvalho 2012, pouca informação se tem sobre l'Épée e seus “trabalhos até 1760 quando assumiu a responsabilidade do seu colega que estava a morrer, o padre Vanin para educar duas gêmeas surdas muito pobres cuja formação espiritual estava a cargo de Vanin.” A partir desse encontro, o abade conhece as gêmeas surdas que o sensibilizam causando profundo interesse pelo fato de se comunicarem através de sinais. Ao tentar aprender os sinais, utilizados pelas surdas gêmeas para conversarem, ele decidiu criar um curso de formação geral, por sinais, em Paris. Carvalho (2012), afirma que “l'Épée para ensinar os surdos parisienses, utilizava a língua adicionando outros gestos para “cunhar” conceitos do francês escrito.”

O envolvimento de l'Épée com os surdos indigentes de Paris e com a língua de sinais fez com que ele propagasse a ideia de que havia a possibilidade de os surdos serem inseridos à sociedade, para que fossem instruídos aprendendo a ler e a escrever em francês. Assim, surgiu a pretensão de um projeto maior e mais ousado que foi a fundação do Instituto dos surdos mudos de Paris. Assim, em 1771, financiado com os seus próprios meios fundou a “A Instituição Nacional de Surdos Mudos” em Paris e, segundo Carvalho (2012), “l'Épée encheu as salas de sua casa com surdos que recolheu de toda a cidade de Paris”.

A preocupação de l'Épée com a educação dos surdos proporcionou também um combate ao preconceito que existia por conta de os surdos serem considerados incapazes para aprender e, com a utilização da língua de sinais como língua de instrução, o desempenho dos surdos começou a ser satisfatório. Seu esforço se refletiu nos resultados obtidos, pois com o passar dos anos, as atenções dos educadores da época se voltaram para a metodologia utilizada pelo abade e por conta disso muitos se dirigiram à França para conhecê-la e retornaram para seus países de origem reproduzindo-a em suas línguas de sinais nacionais. Esse fato desencadeou a abertura

de inúmeras escolas de surdos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Carvalho (2012) destaca que devido ao sucesso alcançado pelo método desenvolvido por l'Épée, sua escola recebeu alunos de vários lugares do mundo, houve de sua parte o pensamento de fundar uma linguagem mímica visual para os surdos. Esse fato foi registrado por meio de cartas.

Todo o esforço de l'Épée dedicado ao ensino dos surdos parisienses foi por ele registrado em três obras principais das quais chegou a publicar duas. Carvalho (2012) relata que a primeira em 1776 se intitulava, "Institution des Sourds-Muets par lavoie des signes methodiques", que apresentava os primeiros sucessos do seu trabalho com a Língua Gestual Metódica, apresentando as características dos métodos utilizados estipulando também suas diferenças. Para ensinar os surdos, ele usava tanto os sinais metódicos, do qual fora o autor, como também a datilologia e o recurso da oralização. A esse trabalho, seguiu-se outro em 1784 intitulado "La verita blemaniére d'instruireles sourds et muets confinée par une longue experience".

Por meio de seu método, l'Épée proporcionou que os surdos fossem inseridos no mercado de trabalho, já que conseguiam ler e escrever. Quirós e Gueller (1973) destacam que a escola para surdos do abade foi a primeira escola criada no mundo e, que talvez, por isso, ele se vira obrigado a aceitar todo tipo de aluno e a realizar uma instrução rápida que permitia que eles se transformassem em elementos úteis à sociedade.

Em sua época, o abade l'Épée procurou sensibilizar a comunidade parisiense fazendo apresentações de seu método. Como afirma Skliar (1997, p. 27) "o abade tinha como prática fazer demonstrações públicas anuais para mostrar a relevância de seu método". Desse modo, as obras do abade l'Épée não permaneceram restritas à sociedade francesa, e não somente constituíram material de referência para o ensino de surdos, como também sabe-se que

a divulgação dos trabalhos do abade L'Épée e a adoção de seu método pedagógico em muitas escolas públicas, geralmente com a coordenação direta de ex-alunos da Escola Pública para Surdos em Paris, permitiram aos surdos, não só da França, mas também em países como Rússia, Escandinávia, Itália e Estados Unidos, a possibilidade de se destacarem e ocuparem cargos importantes na sociedade de seu tempo (Sánchez 1990 *apud* Silva, 2006, p.24)

Com isso, percebe-se a relevância da iniciativa de l'Épée, pois constitui uma virada educacional e linguística para os surdos, uma vez que tendo seu desenvolvimento intelectual e a valorização do elemento aglutinador que é a língua, a mobilização das comunidades em organizações como, associações e federações foi surgindo e se fortalecendo. O reconhecimento da atitude visionária de l'Épée pelos surdos começou com o festejo de seu aniversário, que constituía momentos de reunião entre surdos de diferentes regiões da França, o que proporcionava momentos de compartilhamento entre os surdos.

Outros autores contemporâneos à l'Épée também educaram surdos provenientes de famílias abastadas, e é possível que tenham alcançado níveis pedagógicos mais satisfatórios, no entanto, seu mérito em conseguir reunir e educar um número maior de surdos, através do ensino público gratuito inserindo-os à sociedade, não tem comparação com outros educadores de surdos de sua época, os quais se empenharam, em sua maioria, à oralização de surdos, em atendimentos individualizados, não tendo por objetivo uma integração desses surdos à sociedade.

Vale ressaltar que em termos linguísticos, o sistema metódico de l'Épée deu conta de ensinar os surdos a ler e a escrever em francês, contudo, revela uma certa ignorância em relação à complexidade da língua de sinais, uma vez que, a considerou destituída de gramática necessitando acrescentar elementos da gramática francesa. Desse modo, a compreensão que l'Épée tinha da língua de sinais demonstra ser contraditório, ele a exaltou quando percebeu sua importância na comunicação e a depreciou quando a subordinou à língua oral francesa. Não obstante a isso, a contribuição de l'Épée fundamenta-se no fato de considerar a língua de sinais como língua de instrução na educação de surdos.

1.3 O pioneirismo de William C. Stokoe

Nesta subseção, nossa intenção é apresentar a contribuição de William C. Stokoe para a consideração das línguas de sinais como línguas naturais. Desse modo, faz-se necessária uma síntese da trajetória de pesquisa sobre a língua de sinais americana (ASL).

No cenário das pesquisas linguísticas sobre línguas de sinais, William C. Stokoe é considerado o pai das línguas de sinais americana e, em virtude de sua enorme contribuição aos estudos sobre essa modalidade de língua (visuoespacial), também se atribui o título de “pai” no que se refere às línguas de sinais como um todo. Isso nos leva a pensar nas seguintes questões, o que Stokoe descobriu? O que o levou a considerar as línguas de sinais *línguas*? Essas e outras indagações são fundamentais para se buscar compreender a formação de um campo como o das línguas de sinais. Assim, percorrer de volta todo o caminho de pesquisa trilhado por Stokoe é de suma importância.

Até William C. Stokoe iniciar sua pesquisa acerca da ASL (língua de sinais americana) essas línguas eram consideradas apenas como a linguagem dos surdos-mudos. Stokoe foi um dos primeiros estudiosos da área a considerar a língua de sinais americana uma língua legítima. Essa constatação irrefutável, atualmente, parece-nos simplista, no entanto, à medida que nos reportamos ao que se pensava na época, passamos a compreender a complexidade do trajeto de sua pesquisa.

Podemos considerar que o caminho percorrido por Stokoe, no que diz respeito ao estudo referente à ASL tem início em 1955, com sua contratação para lecionar inglês e literatura inglesa na Gallaudet University¹. Fato esse que possibilitou sua proximidade dos surdos alunos dessa universidade. Ele por ser ouvinte, desconhecia tudo o que envolvia a surdez, inclusive a língua. Então, na condição de professor curioso e não surdo, passou a observar de maneira mais acurada a comunicação de seus alunos.

Durante alguns anos Stokoe foi professor de inglês e também literatura inglesa medieval ao mesmo tempo em que observava a cultura e língua dos alunos surdos. Assim, ele dedicou-se a aprender o que se conhecia como a “linguagem dos sinais”.

¹ ¹A Universidade Gallaudet é um importante centro acadêmico de pesquisas e ensino de surdos. Está localizada em Washington, D.C., a capital dos Estados Unidos. A primeira língua oficial de Gallaudet é a American Sign Language (ASL), a língua de sinais dos Estados Unidos (o inglês é a segunda). Oferece diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Foi fundada em 1857. Mesmo priorizando os estudantes surdos, a universidade admite, também, um pequeno número de pessoas ouvintes a cada semestre. Destas é exigido o domínio da ASL como requisito para permanecer na instituição.

No período em que Stokoe trabalhou na Gallaudet University e teve contato com os surdos, o Oralismo² era a filosofia que predominava na educação de surdos, valendo, então, a determinação de que qualquer forma de sinalização deveria ser banida em favor da fala e da leitura labial, no entanto, a língua de sinais ainda persistia nos Estados Unidos, nos espaços não escolares ou não acadêmicos. Fato que se repetia em várias partes do mundo, visto que onde há surdos, há língua de sinais.

Na Gallaudet University (importante centro acadêmico de pesquisas e ensino de surdos), o que os instrutores ouvintes ensinavam aos surdos era um sistema manual de codificação da língua inglesa. Os professores, na verdade, utilizavam um inglês sinalizado e isso não constituía realmente a ASL. Isso foi rapidamente observado por Stokoe devido ao seu convívio e envolvimento com a comunidade surda no Campus de Gallaudet. Ele não demorou a perceber que existia uma diferença entre a sinalização que ocorria quando um surdo se comunicava com outro, e a que ele usava como acompanhamento de palavras em inglês, durante suas aulas. A partir daí, ele começou a observar cuidadosamente a sinalização usada pelos surdos.

Tendo observado esse fato, Stokoe percebeu que deveria partir para um contato maior com professores surdos e observação de suas aulas o que lhe proporcionou outras perspectivas sobre o uso e o ensino da língua, através da língua de sinais. Houve, também, de sua parte, o interesse em aprender o vocabulário específico para sua disciplina o qual teve acesso através de membros surdos do departamento de inglês. Todavia, o esforço em adquirir um vocabulário vasto em sinais não se mostrou eficiente, pois sua sinalização não era tão fluente.

Apesar da falta de fluência na língua de sinais, Stokoe desenvolveu seus estudos e produziu uma monografia com a qual participou de um seminário de linguística com George Trager e Henry Smith, dois linguistas muito conhecidos e renomados àquela época. Tal monografia o levou a desenvolver o tópico que o instigaria por muitos anos: *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of The*

² O oralismo é uma das filosofias na educação de surdos e, ao longo dos anos dita que o surdo seja ensinado a falar, aprendendo os fonemas da língua oral predominante e também se dedicando a fazer leitura labial, sempre deixando a língua de sinais à margem do processo educacional. Um fato histórico que fortaleceu esta filosofia foi o chamado Congresso de Milão, realizado em 1880 que definiu os rumos da educação de surdos, pois lá ficou decidido que a língua de sinais seria proibida oficialmente prevalecendo, então, o oralismo.

American Deaf. Foi através dessa publicação, que, mais tarde, denominou-se o campo de estudos das línguas de sinais.

Na primeira parte do artigo *Sign Language Structure*, Stokoe percorre todo o histórico da educação de surdos em busca de entender as mudanças nas concepções sobre as línguas de sinais. Ele encontra, desse modo, o feito de l'Epée e destaca que

[...] apesar de não ser o primeiro a reconhecer a existência de uma língua de sinais entre os surdos-mudos - Montaigne dois séculos antes tinha sido atingido por sua precisão e rapidez (*Essays*, 2:29) - l' Epée foi o primeiro na tentativa de aprendê-la , usá-la e torná-la como meio de instrução para o ensino de língua e cultura francesa aos surdos-mudos de seu país (STOKOE, 2005, p.5).

Assim, Stokoe enaltece a atitude de l'Epée em reconhecer a questão da estrutura educacional dos surdos, fato que o diferenciou de seus predecessores. Contudo, a distinção feita por l'Epée entre sinais naturais (utilizados no dia a dia na comunicação dos surdos entre si) e sinais metódicos (sinais criados para o ensino da gramática e, por meio dela, do ensino da arte e do pensamento abstrato), fato que fez surgir o termo a “língua dos sinais naturais”, é questionada por Stokoe que afirma “a língua dos sinais é uma entidade falsa”(STOKOE, 2005, p.5) sobre esta afirmação Frydrych (2013) esclarece

Stokoe entende como “natural” como “icônico”, em que um sinal representaria um objeto, em uma relação direta sinal-objeto. Discordando dessa nomenclatura, ele defende que uma língua “natural”, não pode ser entendida fora de uma cultura. Ou seja, ele argumenta que um sinal é “natural” em determinada cultura. Com isso, Stokoe demonstra uma visão crítica sobre o uso e a organização da língua de sinais. (FRYDRYCH, 2013, p.28).

O artigo de William C. Stokoe teve como objetivo trazer para a discussão acadêmica uma língua até então desconhecida e que enfrentava resistência para ser estudada por não ser oral. Sacks relembra que

A língua de sinais, naquela época, não era considerada uma língua propriamente dita, mas uma espécie de pantomima ou código gestual, ou talvez uma espécie de inglês estropiado expresso com as mãos. A genialidade de Stokoe foi perceber, e provar, que não era nada daquilo;

que ela satisfazia todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico e na sintaxe, na capacidade de gerar um número infinito de proposições. (SACS, 1998, p.88)

Foi a partir do texto publicado em 1960 sobre o sistema de comunicação visual dos surdos que houve a possibilidade de inserir no âmbito da linguística, “uma língua virtualmente desconhecida, a língua de sinais dos surdos americanos” (STOKOE, 2005 p.3). De maneira inédita, Stokoe procurou esquadrihar a estrutura da ASL, analisando os sinais, tentando perceber como se constituíam, dedicando-se, assim, a delinear suas diferentes partes, percebendo que deveria criar um sistema notacional para os elementos observados, determinando um tipo de transcrição.

Nas reflexões linguísticas de Stokoe

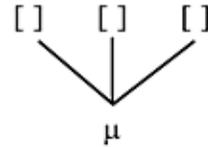
[...] um sinal, que equivale a um morfema (“morfema-sinal”³¹, menor unidade da língua com significado lexical), não pode ser segmentado em ordem de tempo. Ele é constituído essencialmente pela ocorrência simultânea de três aspectos (ing. aspects): Configuração de Mão (CM), Lugar (L) e Movimento (M), conhecidos no Brasil como os parâmetros de formação dos sinais. Para ele, esses aspectos, demonstram ter a mesma importância dos fonemas das línguas orais (STOKOE, 1960, p. 39-44).

Conforme o esquema, abaixo, ilustra

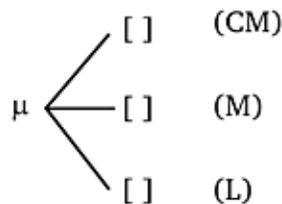
(μ = morfema, [] = um fonema ou conjunto de especificações representando uma determinada CM, M ou L)

Figura 1 - Fonema na Língua oral e na Língua de Sinais

a. Língua Oral



b. Língua de Sinais



Fonte: (Hulst, 1993, p.210)

Ao identificar cada um desses parâmetros (ou aspectos), dotados de seus respectivos elementos primitivos, Stokoe demonstra sua filiação a um modelo estruturalista. A seguir, apresentamos o modelo proposto por Stokoe (1960)

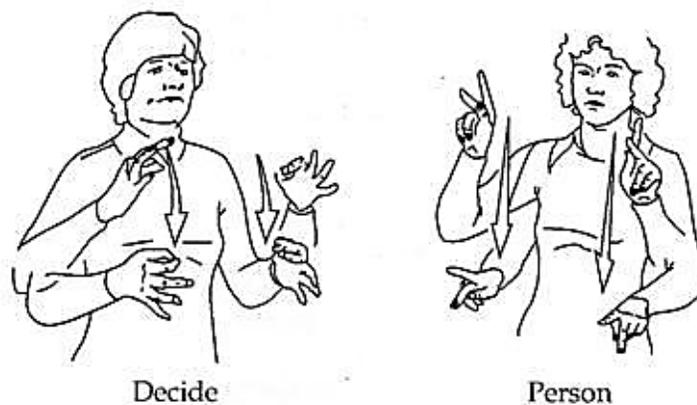
1. Tabula (tab), um dos aspectos da constituição do sinal que assinala o lugar onde ele é realizado. Equivale atualmente aos pontos de articulação (PA). Na época, foram identificados 12 lugares de articulação, abrangendo os pontos no corpo (incluindo a mão passiva) e no espaço à volta de quem sinaliza;
2. Designator (dez) é o aspecto que corresponde ao conjunto de possibilidades de configurações de uma ou das duas mãos (CM) no momento de produção do sinal. Trata-se de um conjunto de 19 possibilidades de configurações de mão;
3. Signation (sig) é o terceiro aspecto e diz respeito ao movimento (M) realizado por um dez em determinado tab. Em seus registros, constam 24 tipos de movimento. (STOKOE, 1960, p. 41)

Tendo como base esse modelo estruturalista e, a partir de uma análise minuciosa da ASL, Stokoe observou que semelhantemente aos parâmetros articulatorios nas línguas orais, há um número finito de valores diferentes que cada uma dessas três categorias pode assumir. Além disso, demonstrou que esses valores, tal como ocorre nas línguas orais, podem se recombinar de maneira a reaparecer na formação de outros itens lexicais.

Além da recombinação dos valores que identificou para os parâmetros constitutivos dos sinais, Stokoe constatou outra característica que conferiu ainda mais confiabilidade a sua tese, qual seja, de que as línguas de sinais e as línguas orais são estruturalmente muito parecidas, a questão do caráter contrastivo que os parâmetros, de acordo com os valores, podem apresentar.

Isso foi possível através da identificação dos pares mínimos na ASL, que em analogia aos identificados nas línguas orais, atribuem um caráter fonológico ao traço articulatório estabelecendo, assim, o contraste semântico. Podemos exemplificar, com base em Quadros e Pizzio (2009), se mudarmos apenas a configuração de mãos, os sinais DECIDE (decidir) e PERSON (pessoa), da ASL são distinguíveis. Nesses dois sinais, as locações e movimentos são os mesmos e somente a configuração de mão é diferente.

Figura 2: Par mínimo na ASL



Fonte: (Sandler; Lillo-Martin, 2000 apud QUADROS; PIZZIO; RESENDE, 2009)

Para Stokoe, cada um dos aspectos propostos (configuração de mão, ponto de articulação e movimento) são essenciais à articulação de um sinal e por apresentarem um caráter distintivo, desempenham nas línguas de sinais o mesmo papel que os fonemas nas línguas orais. Sendo assim, em conformidade com seus pressupostos, haveria uma significativa diferença entre a organização fonológica das línguas orais e entre as línguas em questão: nas línguas de sinais os fonemas são realizados simultaneamente e nas línguas orais sequencialmente.

Os postulados da tese de Stokoe o levaram a pensar em uma forma de resguardar as diferenças de modalidade das línguas de sinais, empregando, assim, no lugar de fonema o termo quirema (do grego, *quiros*, mão) o qual além de designá-los os constituíam simultaneamente. Dessa maneira, para se referir à função de determinar as regras de combinação desses aspectos na constituição dos morfemas adotou o termo quirologia em substituição à fonologia, uma vez que não se tratava de sons (fone) e, sim mãos. No entanto, autores que se seguiram à Stokoe dando continuidade à descrição da ASL (Battison, 1978; Klima; Bellugi, 1979) consideraram, dentre outros motivos, desnecessário a utilização do termo quirologia visando um tratamento linguístico equivalente entre as duas modalidades de língua, oral-auditiva e visuoespacial.

As pesquisas e publicações de Stokoe continuaram após a divulgação do artigo *Sign Language Structure* que desencadeou outros estudos acerca da ASL. No Brasil, décadas mais tarde, também houve a influência dos estudos de Stokoe nas pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais. Na subseção seguinte, conheceremos alguns pesquisadores brasileiros que se empenharam nos estudos linguísticos e gramaticais da LIBRAS.

1.3 Estudos linguísticos da língua de sinais no Brasil

No Brasil, a fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES), através da Lei 839, que D. Pedro II assinou em 26 de setembro de 1857, constitui fator determinante não só na educação de surdos, mas também no processo de formação da Língua Brasileira de Sinais, uma vez que essa instituição proporcionou o primeiro agrupamento oficial dos surdos e, conseqüentemente, garantiu a possibilidade de utilização de sua língua natural, já que se sabe que, onde tiver grupo de surdos reunidos, a comunicação visual espacial estará presente. Isso foi possível devido ao empenho especial por parte de D. Pedro II quanto à fundação de uma escola para surdos, trazendo inclusive para o país em 1855 um professor surdo francês, Ernest (ou Eduard) Huet, vindo do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, para que o trabalho com os surdos estivesse atualizado com

as novas metodologias educacionais. Em decorrência disso, a LIBRAS foi influenciada pela Língua Francesa de Sinais.

Através de uma publicação feita pelo diretor da escola no período de 1868 a 1896, Tobias Rabello Leite, *Notícias do Instituto dos Surdos e Mudos do Rio de Janeiro pelo seu diretor Tobias Leite (1877)* e *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos (1881)*, é possível perceber que havia aceitação da Língua de Sinais e do alfabeto datilológico o que corroborava com a manutenção da Língua de Sinais.

Segundo Ramos (2003), o documento mais importante encontrado até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais é o

(...) *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos (1873)*, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos, etc). Como é explicado no prefácio do livro, a inspiração para o trabalho veio de um livro publicado na França e que se encontrava à disposição dos alunos na Biblioteca do INSM. Vale ressaltar que Flausino foi autor das ilustrações e da própria impressão em técnica de litografia. Não sabemos se a organização também foi realizada por ele. (RAMOS, 2003, p.6)

Dessa forma, percebe-se que o INES, enquanto instituição, possibilitou o ambiente privilegiado para o desenvolvimento dos alunos surdos, da Língua Brasileira de Sinais e, conseqüentemente, do processo de criação dos instrumentos linguísticos dessa língua que, posteriormente, puderam ser usados como registros do surgimento de uma língua natural.

No entanto, em 1911, houve a determinação de que se seguisse a orientação internacional definida em 1880, no Congresso de Milão, que estabeleceu que as línguas de sinais seriam banidas da educação de surdos sendo adotado, assim, o método oralista puro. Mesmo assim, segundo Ramos (2003), muitos professores e funcionários surdos e os ex-alunos que sempre mantiveram o hábito de frequentar a escola, propiciaram a formação de um foco de resistência e manutenção da Língua de Sinais.

Assim, a LIBRAS seguiu evoluindo, mesmo em face da proibição, sendo utilizada por comunidades tão espalhadas neste país de tamanho continental, apenas apresentando as variações lexicais, características das línguas naturais, fato que não

comprometeu sua unidade estrutural. No entanto, há poucos registros da Língua de Sinais “falada” no Brasil por surdos brasileiros no século XX.

Com o surgimento da Comunicação Total, na década de 70 e, mais tarde com o Bilinguismo e, também, com os movimentos surdos organizados, desencadeou-se um processo significativo referente às pesquisas sobre a Língua de Sinais da comunidade surda brasileira.

A partir da década de 1980, segundo Quadros, Lucinda Ferreira Brito

[...] apresentou ao mundo duas línguas de sinais brasileiras, a língua de sinais dos centros urbanos brasileiros (atualmente referida como Libras), focando na variante de São Paulo, e a língua de sinais Urubu-Kaapor, pertencente à família Tupi-Guarani, uma língua usada na comunidade indígena Urubu-Kaapor do interior do Maranhão (QUADROS, 2010, p.363).

Conforme Quadros (2010), em 1984, Brito estabelece uma comparação entre as duas línguas de sinais no mesmo país, entretanto utiliza comunidades bem distintas, pois uma é urbana e a outra não urbana indígena. Sobre elas foram apresentadas algumas similaridades e diferenças. No que se refere ao espaço, segundo Quadros (2012) constatou “uma flexibilidade bem maior do que na língua de sinais usada em São Paulo, em que os sinais são realizados em um espaço bem mais restrito”.

Na década de 90, Felipe (1998), Karnopp (1994, 1999) e Quadros (1997, 1999) desenvolveram outras pesquisas em diferentes estados do país. Felipe (1998), investigou os verbos na Libras e apresentou uma descrição tipológica. A autora os categorizou em duas classes, aqueles não que possuem flexão e os que possuem. Os verbos que não possuem flexão são verbos de flexão zero, pois se apresentam sem estarem associados a morfemas e os que possuem são denominados pela autora de verbos direcionais, pois apresentam uma trajetória de movimento incorporada à raiz. Quanto à categoria semântica, a autora investigou os verbos instrumentais que incorporam o instrumento à sua raiz (como PINTAR-COM-PINCEL); os verbos de movimento (AVISAR) e os verbos locativos que se referem a locativos como IR.

Karnopp (1994; 1999), desenvolve pesquisas que envolvem a descrição básica da estrutura fonológica da LIBRAS. A autora intensifica os estudos sobre o parâmetro

configuração de mão e investiga os processos fonológicos de apagamento, assimilação e substituição em uma criança surda, adquirindo a língua de sinais brasileira.

Estudos sobre aquisição de LIBRAS como primeira língua, em nível sintático, são realizados por Quadros (1997) que também apresenta estudos feitos com crianças surdas, filhas de pais surdos, em processo de aquisição da LIBRAS como primeira língua e descreve o fenômeno do licenciamento de argumentos nulos. Com base nesses estudos, considera o padrão de aquisição dessas estruturas na aquisição monolíngue da LIBRAS (L1), a partir de dados coletados de forma transversal. A autora observa a produção de sentenças com pronomes nulos tanto com verbos com flexão marcada, como com flexão não marcada. Porém, é observado que há a recuperação dos referentes por via sintática ou por via pragmática por meio dos contextos dessas marcações.

Quadros (1999), apresenta a estrutura da frase na LIBRAS. A autora também realiza uma análise dos verbos simples (sem marcação de flexão) e verbos com concordância (com flexão marcada). Esses dois grupos de verbos apresentam uma assimetria que se refletem nas estruturas produzidas nessa língua. Um exemplo disto é o que ocorre com o licenciamento de pronomes nulos, os mesmos apresentam um comportamento diferenciado quando seleciona verbos com ou sem concordância. A autora também identifica as sentenças com tópicos, com interrogativas e com foco. A partir dessa descrição, a autora conclui que a LIBRAS apresenta duas estruturas sintáticas que podem ser aplicadas de acordo com as duas classes verbais que ocorrem na LIBRAS (com flexão verbal e sem flexão verbal).

As pesquisas referentes à Língua Brasileira de Sinais até o final do ano 2000 corroboraram com a criação da Lei Nº 10.436/02, que reconheceu a língua brasileira de sinais (Libras) “como meio legal de comunicação e expressão”, e o Decreto Nº 5626/05 que trouxe a regulamentação da lei estendendo a inserção de LIBRAS aos cursos de licenciatura e garantiu a educação de surdos na educação básica e superior. Tal fato proporcionou à comunidade surda a discussão no meio acadêmico de inúmeros temas relacionados à língua de sinais e às políticas educacionais para os surdos. Aliado à questão da língua temos a função de tradutor e intérprete de língua de sinais que, a partir da criação da Lei de LIBRAS, alcançou maior visibilidade devido à necessidade

da formação de profissionais e de reconhecimento da profissão que passou a ser regulamentada, no Brasil, no ano de 2010, pela Lei Nº12.319/2010.

Diante disso, é possível perceber que em torno do estudo de uma língua, diversas áreas, intrinsecamente relacionadas, são atingidas como, o social, o educacional e o político. Nesses estudos, alguns pesquisadores, dentre eles, Ronice Quadros e Lodenir Karnopp, enfatizam mais os estudos referentes à organização e estrutura da LIBRAS, descrevendo os níveis fonológico, morfológico e sintático da mesma, procurando sempre fazer a abordagem da LIBRAS dentro dos pressupostos da linguística conferindo, assim, às línguas de sinais o mesmo patamar das línguas orais.

Quadros e Karnopp (2004), trazem em sua obra, “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos”, as características que são atribuídas às línguas naturais,

Uma língua natural é uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.30).

A partir dessa afirmação, atribuem à LIBRAS as mesmas características e ratificam seu status de língua natural ao mencionar a definição formal de língua proposta por Chomsky (1957), como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos. “Portanto, esses elementos básicos são as palavras faladas para as línguas orais e as palavras sinalizadas para as línguas de sinais, sendo as frases da língua, por sua vez, representáveis em termos de uma sequência dessas unidades” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.30).

Além das autoras citadas, cabe também destacar a contribuição dada por outros autores que, atualmente, continuam os estudos que envolvem os níveis fonológico, morfológico e sintático da LIBRAS, tais como a segmentação do discurso em unidades gramaticais (LEITE, 2008) e da descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (XAVIER, 2006). Ambos reconhecem o legado deixado por Stokoe e acrescentam a perspectiva renovadora de Liddell. Leite (2008), reitera o status de língua natural às línguas de sinais e sua condição diversa quanto à modalidade.

[...] um novo desafio surge, então, quando os linguistas se dão conta de que as línguas de sinais, realizadas por meio de um canal gestual-visual, são também línguas naturais. Na década de 60, o primeiro estudo científico de uma língua de sinais – a língua de sinais americana (ASL) – fez uso dos mesmos princípios de análise estruturalistas, que se mostravam hegemônicos na época, para demonstrar que as línguas de sinais compartilhavam das mesmas propriedades universais das línguas naturais, tais como a produtividade e a arbitrariedade (LEITE, 2008, p. 10).

Em sua tese, Xavier reconhece o pioneirismo da proposta de Stokoe e apresenta alguns problemas apontados por Liddell no que se refere à simultaneidade verificada por Stokoe nas línguas de sinais. De acordo com Liddell, além da simultaneidade há também a sequencialidade na ASL e somente alguns sinais representavam a simultaneidade, porém esses não constituíam todo o léxico da ASL sendo necessário, então, apresentar um modelo que contemplasse a simultaneidade e sequencialidade verificadas não só na ASL, mas também na LIBRAS. Segundo Xavier (2006),

[...] a análise de Stokoe, baseada na simultaneidade dos aspectos formacionais dos sinais, não parece dar conta, adequadamente, da sequencialidade visivelmente presente na organização de vários aspectos constitutivos destes. Por essa razão, um modelo como o proposto por Liddell & Johnson, assentado sobre a hipótese de que a organização da estrutura sublexical dos sinais é regida pela sequencialidade, apresenta vantagens sobre o de Stokoe, no que diz respeito não só a descrição fonética dos sinais, como também no que diz respeito à possibilidade de explicar vários processos fonológicos observados na ASL (Xavier, 2006, p. 23).

Além dos trabalhos que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS, seguindo os padrões mais rígidos quanto à forma, quanto à citação do embasamento teórico utilizado e, primando por uma linguagem mais acadêmico-científica, temos a descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS feita por Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes que produziram um material para a secretaria de Estado da Educação de Curitiba, em 1998, intitulado “Aspectos linguísticos da LIBRAS.” Esse material constituiu parâmetro para outras pesquisas mais aprofundadas a respeito da LIBRAS, já que aborda questões referentes à iconicidade, arbitrariedade e variações linguísticas na LIBRAS.

Sueli Ramalho e Catarina Kiguti Kojima, em 2008, produziram um material acessível às pessoas que pretendem conhecer a LIBRAS de uma forma mais prática para utilizá-la. Em “LIBRAS Língua de Sinais A Imagem do Pensamento”, houve a preocupação em produzir um material que abordasse as questões linguísticas de maneira mais simples e, ao mesmo tempo, apresentando a estrutura da LIBRAS com seus aspectos. Isso se percebe pelas escolhas vocabulares utilizadas no índice, tais como, comunicação dos surdos para se referir à Língua Brasileira de Sinais, dactilologia e soletração rítmica para empréstimos linguísticos e sistemas de expressões gestuais/mímicas para se referir aos classificadores.

Em diversas áreas, outros trabalhos estão sendo desenvolvidos sobre a Língua Brasileira de Sinais, seguindo inúmeras linhas de pesquisas (não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos). Desse modo, percebe-se que ainda há muito a ser investigado e comprovado acerca das línguas de sinais e, em especial, sobre a língua de sinais brasileira.

É o que se evidencia nas palavras de Brito (2010) sobre o longo período em que as línguas de sinais permaneceram esquecidas do ponto de vista das pesquisas linguísticas.

[...] Durante o longo período em que a linguística se ocupava principalmente da evolução histórica das línguas ou dos outros problemas não relativos à estrutura linguística, as línguas de sinais não foram estudadas, ou seja, passaram despercebidas (BRITO, 2010, p.13)

Mesmo frente a isso

As línguas de sinais, entretanto, por serem línguas naturais, persistem. Apesar das proibições e dos preconceitos de que têm sido alvo, elas resistiram heroicamente através dos tempos. Isso demonstra a fortaleza de um sistema consistente. (BRITO, 2010, p.16)

Diante do exposto, podemos asseverar que as descobertas de Stokoe sobre as línguas de sinais originaram uma diversidade de investigações sobre a Língua Brasileira de Sinais. E a busca por compensar todo esse tempo perdido encontra uma longa trilha pela frente.

1.5 Crenças e preconceitos sobre as Línguas de Sinais

Atualmente, as línguas de sinais e, mais especificamente a LIBRAS, estão vivenciando um momento único em sua existência. Nunca se divulgou tanto e com tanta propriedade as línguas de sinais. O motivo pode estar relacionado ao respeito à diversidade, à educação e/ou ao movimento de reconhecimento dos grupos minoritários e, dentre eles os linguísticos. No entanto, há no imaginário coletivo mundial crenças e preconceitos sobre as LS. Todas as pesquisas sobre as LS têm conseguido reunir fortes indícios que contrariam tais concepções sobre as LS e tentam, a partir disso, desmistificá-las.

Alguns pesquisadores já produziram obras em que descrevem as crenças e preconceitos existentes a respeito das LS e, conseqüentemente, da LIBRAS e da realidade surda. Entre eles, podemos citar Quadros; Quadros e Karnopp (2004) e Gesser (2009). Essas autoras, além de descrever as crenças e preconceitos sobre as LS, também apontam o que levou tais crenças e preconceitos a se constituírem ao longo dos anos e, de acordo com as pesquisas linguísticas revelam suas inadequadas concepções.

Em “LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda”, de Audrei Gesser, são relatadas e discutidas dez³ crenças e preconceitos sobre as línguas de sinais observados não só no Brasil, mas no mundo. As crenças e preconceitos registrados pela autora são frutos de anotações feitas por ela por meio de conversas formais e informais em sua vivência de contextos de ensino de LIBRAS para ouvintes, eventos acadêmicos e em conversas cotidianas.

A primeira crença listada pela autora refere-se à língua de sinais ser “universal”. Essa crença, muito recorrente, é presa à ideia de que a língua de sinais é um código dos surdos simplificado e utilizado pelos mesmos de forma geral. Porém, já se sabe comprovadamente que cada país tem sua própria língua de sinais, embora possa haver possíveis semelhanças e parentescos no nível estrutural das línguas humanas (sejam elas orais ou sinalizadas). É possível, ocorrer dentro de uma comunidade linguística,

³ Das dez crenças relatadas e discutidas pela autora, apenas cinco mencionamos neste trabalho.

variações regionais, pois a língua é viva e as pessoas, em processos comunicacionais, vão criando sinais novos. Também devido à extensão territorial do país, pois os indivíduos viajam, mudam de cidade, enfim, se deslocam.

Na segunda crença relatada tem-se a seguinte pergunta, a língua de sinais é artificial? Gesser (2009), logo responde que se trata de uma crença, pois afirma que a língua de sinais evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo e esclarece que línguas artificiais como o esperanto (língua oral) e o gestuno (língua de sinais) surgem com o objetivo maior de estabelecer a comunicação internacional e funcionam como uma língua auxiliar ou franca.

A terceira crença se constitui na seguinte questão, a língua de sinais tem gramática? Tal pergunta tem sua resposta embasada nos estudos que o linguista americano, William Stokoe, fez sobre as línguas de sinais e divulgou através de um artigo em 1960. Ele descreveu a ASL em níveis fonológicos e morfológicos, nos quais ele apontou três parâmetros que constituem os sinais e os nomeou como: configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA) ou locação (L) delimitado no desenho por um círculo; e movimento (M), cuja direção é indicada por uma seta. A partir da divulgação de seu artigo, o estudo das línguas de sinais em outros países foi intensificado e as línguas tiveram descritas suas gramáticas, o que leva esta crença a ser desmistificada.

A quarta crença sobre as línguas de sinais, talvez seja a que originou a segunda crença, pois se trata de pensar que as línguas de sinais são mímicas ou pantomimas. A autora relata uma pesquisa realizada por Klima e Bellugi (1979), na qual foram observadas narrativas que necessitariam de pantomimas durante a contação da história em ASL. Na narrativa, foi especificado aos surdos que eles deveriam utilizar a pantomima para sinalizar determinado conceito e foi observado que no decorrer da história e em situações de recontagem, o conceito continuava icônico. No entanto, durante as investigações constataram que houve “uma simplificação e uma estilização nos movimentos – os sinais pareciam mais sistematizados e convencionados” (Gesser, 2009, p.20). Em seguida, os pesquisadores observaram dez indivíduos não sinalizadores para que estes demonstrassem em gestos algumas palavras do inglês. Verificou-se que, das pantomimas observadas para a palavra “ovo” havia muitas possibilidades, variando de um indivíduo para outro; enquanto na língua americana de

sinais permanecia apenas uma variedade, ou seja, a variedade legitimada e convencionalizada pelo grupo de usuários da ASL estudados.

Percebe-se, assim, que a pantomima revela uma tentativa de representar o objeto ou coisa tal qual existe na realidade. Já os sinais produzidos por surdos usuários da ASL reproduziam um símbolo convencionalizado para o objeto o que demonstra uma característica de uma língua natural.

A quinta crença questiona o caráter abstrato das línguas de sinais e foi registrada por Gesser a partir da seguinte pergunta: É possível expressar conceitos abstratos na língua de sinais? A autora assevera que é possível e reitera que esta crença deriva de um preconceito de que as línguas de sinais são limitadas, simplificadas e seria apenas um código primitivo, mímica, pantomima, gesto. Há o preconceito de que os sinais não são símbolos arbitrários como as palavras, mas apenas revelam um caráter icônico dos referentes. Contrariando tal pensamento, temos em (Quadros; Karnopp, 2004), que

Nas últimas décadas, com as mudanças de paradigmas das ciências, têm-se informações suficientes que evidenciam o grau de abstração que permeia as línguas de sinais de cada país, bem como suas complexidades e riquezas (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.31).

Desse modo, pode-se afirmar que tal qual os falantes de línguas orais, os falantes de línguas de sinais podem discutir quaisquer assuntos como, por exemplo, filosofia, política, literatura e, assuntos variados do cotidiano.

As crenças relacionadas por Gesser (2009) evidenciam o que a falta de conhecimento aliado ao preconceito é capaz de disseminar no imaginário não só de uma sociedade, mas, no caso, do mundo inteiro, pois estas crenças são compartilhadas pela população mundial. Este fato muito contribuiu para que fosse dispensada às línguas de sinais uma atenção tardia por parte da Linguística.

Essas crenças reúnem um pensamento sobre as LS construído ao longo de séculos e, que na atualidade, tem sido fortemente combatido através dos mais variados modos, livros, mídias em geral e na comunidade surda. Perscrutar estas crenças e desqualificá-las possibilitou à LIBRAS a condição de ser reconhecida como língua natural.

SEÇÃO 2: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

2.1 Análise do Discurso – Linha Francesa

O objetivo desta seção é apresentar alguns conceitos da teoria que embasou as análises do *corpus* desta pesquisa. Nesse sentido, não faremos uma discussão de todo o arcabouço teórico da AD de linha francesa, visto que seria inviável para o propósito deste trabalho.

Dessa forma, é importante sublinhar que nossa escolha foi motivada pelas observações e análises do *corpus* selecionado, qual seja, os fragmentos de textos dos cinco livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS. Para tanto, apresentaremos, inicialmente, alguns aspectos da fundação da AD de linha francesa e, posteriormente, alguns conceitos de Michel Foucault e Michel Pêcheux.

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa tem seu surgimento no final dos anos 60, e segundo Gregolin (2003)

Para Maldié (1997) a história da Análise do Discurso na França pode ser lida através de uma dupla fundação, no final dos anos 60, nas figuras de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. Apesar das diferenças, os dois fundadores tinham como pano de fundo o panorama da França da época. Dubois e Pêcheux eram ligados ao marxismo e à política (GREGOLIN, 2003, p. 23).

Jean Dubois era um lexicólogo famoso e linguista autor de um texto que é considerado como “manifesto” da AD e Michel Pêcheux era filósofo, ligado a Althusser, daí sua filiação ao materialismo histórico. Pêcheux publicou *Analyse Automatique du Discours*, obra que, de acordo com Gregolin(2003), inaugura uma abordagem transdisciplinar convocando uma teoria linguística, uma teoria da história e uma teoria do sujeito.

Os dois fundadores da AD a analisavam de pontos de vista diferentes. Dubois pensava a AD como uma continuação natural da Linguística e Pêcheux a concebia como um campo novo de investigação com um novo objeto, o discurso, sendo articulado entre o linguístico e o histórico.

A AD, desde a sua fundação até se consolidar como área de entremeio, passou por constantes reformulações e problematização de suas bases epistemológicas.

Sendo assim, Michel Pêcheux e seus colaboradores influenciaram sobremaneira esse processo que articulou três regiões do conhecimento criando um campo transdisciplinar. Da linguística (processos de enunciação), da teoria do discurso (processos semióticos), do materialismo histórico (releitura de Marx feita por Althusser) sendo que essas regiões são atravessadas por uma teoria de subjetividade de natureza psicanalítica (Lacan e sua leitura das teses de Freud). Concebida assim, a AD promove uma ruptura epistemológica relacionada ao que se praticava nas ciências humanas.

Dentre os nomes que se destacaram por proporcionar a construção da AD temos o de Michel Foucault que com a noção de formação discursiva colaborou com o campo que se formava em torno do objeto “discurso”. Suas ideias foram determinantes para a AD, visto que em *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, ele não só discorre sobre seus trabalhos anteriores como também aborda uma série de conceitos relevantes para a abordagem do discurso. De acordo com Azevedo (2013), o uso da palavra arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, tentar compreender plenamente um determinado saber na sua origem. O que se pretende é entender como os discursos se articulam, como eles acontecem e em que lugar eles ocorrem. Sendo também de interesse, nesse sentido, entender o que os discursos produzem no sujeito e em que momento histórico o fazem. Trata-se de encontrar as condições de possibilidade dos discursos.

2.1.1 Pêcheux

Michel Pêcheux nasceu em Tours em 1938 e morreu em Paris em 1983. Estudou filosofia na *École normale supérieure*, em 1959. É considerado o fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso e teve como uma de suas principais influências a teoria sobre ideologia do filósofo Louis Althusser de quem foi aluno. Pêcheux, junto com seus colaboradores, propôs teorizar sobre a natureza complexa do discurso sendo este o lugar de onde se pode observar e analisar a relação entre língua (materialidade) e ideologia.

Althusser em “Aparelhos Ideológicos do Estado” faz uma reflexão sobre ideologia e formula duas teses acerca desse conceito: 1) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as condições reais de existência.” Althusser (1992, p. 85) “uma ideologia existe em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material” (p. 89). Assim, infere-se que a noção de ideologia não se reduz às ideias, mas ela é feita de prática ou práticas. Esse conceito de ideologia é trazido para AD considerando-o como condição de existência do discurso, e conseqüentemente, do sujeito. A ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI, 2009, p. 46).

Para Pêcheux (1999), o sujeito não é a origem do seu dizer ele é afetado pela ideologia, pelo histórico e não tem o controle sobre essa afetação. Os sentidos já estão construídos nas sociedades e circulam em uma memória do dizer denominada em AD como memória discursiva.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) (PECHEUX, 1999, p.52).

Essa memória que ativa elementos pré-construídos, já citados em algum momento histórico e, em que os sujeitos se encontram inscritos, constituem os sentidos no discurso. Com isso, percebe-se que o indivíduo não está livre para escolher resolutamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer carrega consigo outros dizeres trazidos por discursos outros que figuram em uma memória coletiva.

O sujeito discursivo na AD não é a matriz dos sentidos, ele é constituído por falas de outros sujeitos, contrariando um idealismo presente na linguagem. Desse modo, Pêcheux considera que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos: 1) o ideológico: o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz; e, 2) enunciativo: o sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Tal afirmação se configura na AD pelo fato de, em sua constituição como disciplina de entremeio, considera o sujeito como social e histórico, interpelado pela ideologia, dotado de inconsciente, contudo acreditando estar

sempre consciente. O sujeito (re) produz discursos que figuram num “já lá” que Pêcheux denominou de interdiscurso.

Em AD, o conceito de interdiscurso é essencial para se entender como o discurso produz efeitos de sentido entre interlocutores. Uma vez que é a partir dele que o sujeito produz enunciados em um determinado momento histórico. De acordo com Orlandi (1992),

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p.89-90)

Assim, o interdiscurso funciona como algo acionável pelo sujeito e exterior a ele. Entrecruzado por outros discursos e sendo imperceptível pelo sujeito devido ao esquecimento número 1. Dessa forma, percebemos que os discursos não são fixos, estão em constante movimento e passam por transformações sociais e políticas vividas pelo homem em sociedade.

O estudo do discurso e de como ele se materializa na língua, além de considerar que os sentidos das palavras não são imanentes, tenta evidenciar que esses sentidos se constroem dentro de um interdiscurso em que o sujeito está inscrito considerando a relação do discurso com a história, ou seja, ele é determinado por uma exterioridade que nos remete a afirmação de Orlandi (2009), em que, etimologicamente, a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Assim, o discurso é a palavra em movimento, de modo que o analista do discurso observa o homem falando em um processo histórico contínuo.

Sob a perspectiva da AD, é relevante ressaltar que o conceito de história com que se trabalha não é o tradicional expresso pela dimensão temporal e cronológica em que se considera a evolução. Prefere-se falar em termos de “historicidade” constitutiva dos discursos, evitando-se, assim, a confusão dos termos.

Tratando-se da compreensão de como ocorrem os processos discursivos conforme a AD propõe, percebe-se o funcionamento de uma organização linguística em uma relação com a exterioridade da língua, trazendo para a análise o que a linguística

tradicional deixa de fora, o componente histórico. Desta forma, o discurso não pode ser analisado como uma estrutura fechada em si mesma, ele deve ser posto em relação ao “conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1993, p. 79,) o que nos permite afirmar a determinação da exterioridade como uma condição da produção do discurso. Dessa forma, para Orlandi (2009)

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. De acordo com isso, o sujeito ao enunciar utiliza a materialidade da língua e sua exterioridade. (ORLANDI, 2009, p.30)

Ainda em relação às condições de produção, a autora acrescenta que, se as considerarmos em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação, é o contexto imediato. E, se as considerarmos em sentido amplo, temos as condições de produção, que por sua vez, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2009, p. 30).

A AD, concebida por Pêcheux e seus colaboradores, elegendo o discurso como objeto de estudo, busca compreender como os processos discursivos provocam efeitos de sentido em sujeitos historicamente determinados e ideologicamente constituídos, pois nosso dizer provém sempre de algum lugar da história, sendo a memória o mecanismo que possibilita esta relação entre o já-dito e o dizível. O interdiscurso disponibiliza dizeres que o sujeito, em face de uma ilusão de ser a origem do dizer, o faz pensar que seu discurso é reflexo do seu pensamento.

2.1.2 Foucault

Michel Foucault nasceu em Poitiers, 15 de outubro de 1929, na França; foi filósofo e crítico literário, graduou-se em História, Filosofia e Psicologia, diplomata no exterior, volta à França e lança seu grande sucesso, “A história da loucura na Idade Clássica” em 1961. Escreveu diversos livros e artigos durante toda a sua vida, deixando

para a posteridade uma enorme produção bibliográfica que perpassa diversas áreas do conhecimento.

Em sua obra *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, encontram-se ideias determinantes para a AD, pois Foucault se ocupou em analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas. Conforme Gregolin (2003, p. 27), *Arqueologia do Saber* é um livro de caráter teórico-metodológico, em que o autor reflete sobre seus trabalhos anteriores e sistematiza uma série de conceitos basilares para a abordagem do discurso. Sua preocupação fundamental, nesse momento, é a de analisar as condições de possibilidade dos discursos. Tais conceitos são discurso, enunciado, formação discursiva e saber, entre os principais. E, dentre eles, há um imprescindível para a formulação teórica foucaultiana, a formação discursiva. Ao formular esse conceito, Foucault pretendia definir a unidade do discurso tentando submeter os elementos do discurso a uma organização e percebeu que era necessário dar atenção às dispersões, ao que separa e ao que faz de cada enunciado ser único num dado momento. A arqueologia, assim, trata de *sistemas de dispersões*, não de quadros de diferenças, cadeias de inferência ou de qualquer forma contínua e linear de compreensão do discurso. Nesse sentido, para o autor

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2002, p.43).

Ao delimitar uma formação discursiva, o analista, tendo como base a análise proposta por Foucault, precisa delinear certa frequência de enunciado que se remeta a um mesmo objeto, enunciação ou conceito. Trata-se de produzir unidades a partir da fusão de regras, o que possibilitará encontrar diferentes discursos. Segundo Foucault (2002), todos os elementos que constituem a FD determinam uma aparente regularidade que predomina, mesmo em face das transformações e apesar do caráter de heterogeneidade e multiplicidade as FD são singulares. Em Foucault (2002), o discurso se constitui como

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”; este conjunto é limitado a um certo número de enunciados, além de ser “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2002, p. 135).

Assim, o discurso possui condições de possibilidade e um lugar na história, que, nesse caso, é um lugar institucional que faz com que não se diga absolutamente qualquer coisa em qualquer lugar, o que pressupõe considerar as condições históricas para o aparecimento de determinado objeto discursivo. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso. No discurso há dizeres que vem de diversos lugares, por isso, por meio das dispersões é que eles (res) significam e se configuram. É com base na descontinuidade que se percebe as regularidades discursivas as quais constituem princípios de construção e de dispersão. Desse modo, as regularidades e as dispersões indicam o lugar das formações discursivas. Para Foucault, por conseguinte, o discurso é definido como um conjunto de enunciados regulados numa mesma formação discursiva.

Diferentemente do que foi preconizado pela Linguística, o discurso, concebido pelo viés Foucaultiano, permite-nos entender que na zona do dizer há falhas, há equívocos e há silêncios. Logo, nenhuma linearidade ou transparência explica o funcionamento do discurso. Desse modo, Foucault (2002) analisa o discurso não como documento, mas como monumento, em que o conjunto de enunciados é produzido sob determinadas condições, ou seja, o discurso se constitui de acontecimentos reais e dispersos, não podendo ser investigado fora do tempo em que se desenvolveu.

Sendo então, o discurso é uma reunião de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, e esta, um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, pode-se afirmar que uma das regras de formação do discurso é o enunciado. Dessa maneira, Foucault (2002) esclarece que

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não,

segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); (FOUCAULT, 2002, p.98)

Assim, temos o enunciado como a menor parte que se pode identificar em um discurso podendo ele ser separado, como também estar ligado a outros semelhantes a ele. Ainda em Foucault (2002, p.95) temos que “o limiar do enunciado seria o limiar da existência de signos”, não devendo ser ele confundido como uma proposição, frase ou ainda um *speech act*. Ele pode ter um significado sem se referir a uma frase, a um conjunto lógico-gramatical ou ainda a atos ilocutórios.

Segundo a teoria da AD, para que haja enunciado, é necessário que seja observado quatro princípios fundamentais que o caracterizam e o constituem. Em Fischer (2001) tais elementos são esboçados de acordo com o pensamento de Foucault

1. a referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada à doação e amor); 2. o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professoras ocupam o lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante neste caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os "voluntários da educação", também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão); 3. o fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante); 4. finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria desse discurso e o multiplica em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a dedicar-se ao trabalho de „educadores“) (FISCHER, 2001. p. 202).

Devido a esses elementos, é que se percebe como se produzem os sentidos nos enunciados. Diante disso, também, descrever enunciados é perceber suas especificidades e entendê-los como acontecimento, com algo que irrompe num determinado tempo e lugar, ele está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro. O que possibilitará reconhecer enunciados vários em uma dada organização é o fato de

pertencerem a uma formação discursiva, que integra conceitos como unidade e dispersão num determinado momento histórico o que estabelece uma ordem em seu aparecimento sucessivo em um arquivo. Foucault compreende o arquivo como

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos regulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2002, p.149).

Diante disso, o arquivo é o que permite reunir sentidos de tudo o que é dito numa diversidade de textos articulados, em torno de um tema ou acontecimento, e que vão se constituindo num sistema geral de formação e transformação dos enunciados.

O que Foucault (2002) indica, através de sua obra, é uma análise arqueológica que visa descrever formações discursivas individualizando-as. Desse ponto de vista, analisar o discurso é entender a lei que organiza a dispersão do discurso em conjuntos de “acontecimentos enunciativos”.

2.2 Identidade

A discussão em torno da língua de sinais no Brasil teve maior impulso por conta da questão educacional. O Brasil, ao se adequar as políticas educacionais, dentre elas a inclusão, necessitou inserir as pessoas com deficiência no ensino regular e, a partir disso os surdos que, em sua maioria, não encontravam seu lugar nas escolas foram para as salas de aula regulares. Essa atitude institucional provocou outros olhares a respeito desse sujeito, como por exemplo, sua língua natural que era desconhecida pela maioria ouvinte. Ao se inserir o surdo nas escolas regulares, algumas adequações foram paulatinamente ocorrendo como, por exemplo, a presença do tradutor e intérprete de línguas de sinais para possibilitar a comunicação entre professores e alunos. Toda esta mobilização gerou muitas indagações a respeito de quem era o surdo, que língua era essa que ele utilizava, quem era o tradutor intérprete de língua de

sinais, qual o lugar mais adequado para o aluno surdo, enfim, várias questões que são inerentes a uma comunidade linguística diferente.

A partir deste momento histórico educacional a língua de sinais, no caso, a LIBRAS instigou vários segmentos de pesquisa, quais sejam, o social, o educacional, o linguístico, o cultural etc. A comunidade surda brasileira já estava atenta e se mobilizando através de pesquisas linguísticas realizadas por pesquisadoras como, Lucinda Ferreira Brito, Tanya A. Felipe e Ronice Muller de Quadros, para provar que a língua de sinais era língua natural e não linguagem como foi pensado durante um longo período da história da humanidade. Todos os esforços em torno do exposto culminaram com a criação da Lei 10.436/02 que ficou conhecida como a Lei de LIBRAS, lei esta que tem ocasionado muitas conquistas em vários segmentos da sociedade para os surdos.

Nesse cenário de reconhecimento da língua natural de uma minoria linguística, fez-se relevante conhecer o usuário nativo da língua de sinais e, com isso, o aspecto cultural foi ressaltado, já que vários estudos apontam que, atrelados às línguas estão também os aspectos culturais de um povo. É com base nisso que os surdos se reconhecem como tendo uma cultura diferente da cultura ouvinte, pois eles possuem uma língua que é diferente e se significam nessa língua para poder entender o mundo que os cerca.

As pesquisas na área da surdez têm questionado a maneira como os surdos foram narrados ao longo da história. O discurso sobre os surdos é um discurso pautado em uma visão clínico-terapêutica da surdez, em uma medicalização, em que o sujeito surdo era visto como anormal, incapaz, deficiente. Assim, conforme Skliar (2013), um novo campo tem se constituído para gerar uma teoria e um olhar sobre a surdez.

Os Estudos Surdos se constituem como um programa de pesquisa em educação, pelo qual as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizados e entendidos a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político. Falar da diferença provoca, ao mesmo tempo, uma problematização da própria normalidade, do cotidiano (SKLIAR, 2013, p.05).

É possível notar que novos discursos estão se formando sobre a surdez e os surdos. Isso implica numa mudança em relação ao próprio sujeito surdo que teve sua existência dentro do discurso da deficiência, dentro de representações criadas pelos ouvintes, que sempre impuseram o oralismo, denominado por Skliar como “ouvintismo”, obrigando os surdos a se narrarem, então, como deficientes, incapazes, improdutivos. Sabemos que o Outro nos constitui e, nesse processo de alteridade, as identidades se formam. Com isso, temos em Hall que “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2011, p. 38). Dessa forma, entendemos que a formação das identidades é um processo histórico, em construção, algo em movimento.

Nesta perspectiva, Hall (2011, p.10) propõe três concepções de identidade presentes na história: o iluminista que visava a perfeição do ser humano; o sociológico a identidade é formada a partir da interação com a sociedade; e o da modernidade tardia em a identidade é fragmentada. Diante disso, preferimos direcionar os estudos para a concepção de sujeito pós-moderno, visto que a identidade é algo em movimento, que é formada e transformada nos sistemas culturais que nos rodeiam e é definida historicamente.

Nessa concepção de identidade fragmentada consideramos a questão cultural dos surdos, pois eles estão inseridos na cultura ouvinte e possuem uma outra cultura que é a cultura surda da qual, muitas vezes, eles próprios ainda não se deram conta de que fazem parte por motivos como, por exemplo, o de nascerem em famílias ouvintes. Sobre isso, Nídia Sá (2006) comenta

[...] é dado conhecido aos estudiosos da surdez que cerca de 96% da população surda no mundo constitui-se de surdos filhos de pais ouvintes. Diante dessa realidade, o aspecto que ressalta não é tanto o linguístico, o comunicativo ou o cognitivo, mas o aspecto identitário, pois os surdos, desde o nascimento, se deparam com uma série de construções identificatórias que se iniciam com as expectativas dos pais – geralmente ouvintes usuários de uma língua à qual os surdos não podem ter acesso natural. A imagem e as representações sociais sobre a surdez e os surdos começam a se constituir desde as primeiras experiências na família (SÁ, 2006, p.125).

Diante do exposto, percebemos que nascendo em famílias ouvintes os surdos já iniciam um processo de fragmentação em que falta o referencial para constituição de sua identidade “nativa”, a identidade de surdo.

É nessa perspectiva que Hall (2011) afirma que a cultura exerce um papel importante para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características de cada grupo humano. Sendo assim, as identidades culturais apontarão para a ideia de pertencimento do sujeito na sociedade.

Homi Bhabha (1998), professor, escritor e crítico literário Pós-colonial, indiano nascido em 1949, assim como Hall também concebe a identidade numa perspectiva moderna como uma categoria em que antes os indivíduos eram vistos como sujeitos unificados, agora são fragmentados.

Bhabha (1998) declara que existe uma crise de identidade vivida pelo colonizado que tenta assimilar a cultura do colonizador e termina por não se identificar com seu próprio país, com sua própria cultura. Ao não pertencer mais a nenhum lugar Bhabha propõe existir, então, “entre lugar” O autor afirma que a “fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” e a compara com a “ponte que reúne enquanto passagem que atravessa” (BHABHA, 1998, p.24), ou seja, por meio das fronteiras as diferenças se aproximam e interagem.

Partindo, assim, desse “entre lugar” proposto por Bhabha (1998), vemos que os surdos, convivendo numa sociedade ouvinte e possuindo seu processo cultural diferenciado, estão nessa fronteira e construindo, dessa maneira, suas identidades.

Frente a isso, percebemos que de acordo com a concepção de identidade em Hall (2011) e em Bhabha (1998) estas se fazem essenciais para conceber o sujeito na atualidade. Estes autores se complementam na discussão a respeito do conceito de identidade, pois Hall (2011) apresenta a identidade como fragmentada e em constante movimento e Bhabha (1998) traz a diferença cultural considerando também o fator transformação.

2.3 Gramática descritiva

A linguagem e as línguas naturais têm sido estudadas há muitos anos. E a área do conhecimento que tem se ocupado de realizar essas pesquisas é a linguística. De acordo com Martelotta (2015), a linguística tem por objeto a linguagem humana através da observação de sua manifestação oral ou escrita (ou gestual, no caso das línguas de sinais). Assim, percebe-se que as línguas devem ser conhecidas e pesquisadas levando em consideração estas duas modalidades e, cabendo aos linguistas a organização dos fatos relacionados às línguas e suas estruturas, estudo que se convencionou chamar de gramática. Esse termo tem sido utilizado com acepções distintas e a mais corriqueira e conhecida é a de que a gramática se ocupa de ditar ou prescrever regras posicionando-as com a única forma correta no que se refere à língua falada e escrita e categorizando outras possíveis formas como incorretas. Diante disso, no dicionário Houaiss, temos que

GRAMÁTICA substantivo feminino 1. gram conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada. 2. gram.trad tratado descritivo-normativo da morfologia e da sintaxe de uma língua (ficando de fora, portanto, a fonética e a semântica).

Essa definição sugere uma preocupação com o padrão “culto” da língua e, em geral, é a mais comum. Porém, há também outras acepções. Como a acepção proposta por Perini

Chama-se gramática um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua. (Perini, 2006, p. 23)

A partir dessa acepção, é possível afirmar que a gramática internalizada é algo natural ao falante da língua, e que não requer esforço maior do mesmo senão o de praticá-la através do convívio com uma comunidade linguística.

Por gramática internalizada, então, podemos afirmar que se trata do mecanismo que nos possibilita naturalmente usar as estruturas que compõem a língua da maneira mais apropriada. Isso, segundo Sírío Possenti (1998),

[...] refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua. Diante de frases como “Os meninos apanham as goiabas” ou “Os menino (a) panha as goiaba”, qualquer um que fale português sabe que são frases do português (isto é, que não são frases do espanhol ou do inglês); isso tem a ver com aspectos observáveis das próprias frases, dentre os quais se podem enumerar desde características relativas à forma das palavras e sua localização na sequência. Dada a maneira constante -- isto é, que se repete -- através da qual as pessoas identificam frases como pertencendo à sua língua, produzem e interpretam sequências sonoras com determinadas características, é lícito supor que há em sua mente conhecimentos de um tipo específico, que garantem esta estabilidade (POSSENTI, 1998, p. 69).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o conhecimento da gramática de uma determinada língua é conferido aos falantes sem que os mesmos tenham consciência disso.

Também considerada gramática, é a descrição feita por um linguista do sistema da língua (Perini, 2003). Essa descrição está ligada a uma determinada comunidade linguística e reúne as formas gramaticais aceitas por estas comunidades. Como a língua passa por mudanças, muito do que é prescrito na gramática normativa já não é mais usado pelos falantes de uma língua. A gramática descritiva não se preocupa em evidenciar erros, mas sim identificar todas as formas de expressão existentes e verificar quando e por quem são produzidas considerando o momento atual. Isso se aplica ao estudo sincrônico da língua, proposto por Saussure, e, também por ele, considerado prioritário. Segundo Carvalho (2013),

[...] entende-se por que Saussure postula que a língua precisa ser estudada em um determinado estado (sincrônico) de sua existência: é para que o linguista possa definir com segurança os elementos existentes nas suas relações internas, assim como a própria natureza dessas relações. (CARVALHO, 2013, p.86)

Nesse sentido, percebe-se a relevância do estudo sincrônico das línguas que aponta, por meio dos falantes, a realidade de determinada língua.

Conforme Possenti (1998), a gramática descritiva constitui o conjunto de regras que são seguidas. Assim, ele ressalta

[...] neste tipo de trabalho, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão “regras que são seguidas”. (POSSENTI, 1998, p. 65)

Desse modo, a gramática descritiva reflete o que a língua é em determinado momento histórico.

Neste trabalho, a gramática descritiva constitui a forma utilizada pelos autores para proceder à descrição dos aspectos linguísticos, uma vez que a Língua Brasileira de Sinais, além de ter passado um longo período sem o reconhecimento de língua natural, não tinha um sistema de escrita (algo considerado primordial para se registrar uma língua), assim, seu registro através de instrumentos linguísticos como, por exemplo, a gramática, durante muito tempo foi considerado inviável. Atualmente, alguns pesquisadores descreveram seus aspectos linguísticos, no entanto não nomearam como gramática. Mesmo em face do exposto, as características da gramática descritiva se aplicam aos livros de descrição dos aspectos linguísticos, visto que atendem aos mesmos requisitos revelando as regras que são seguidas pelos falantes da Língua Brasileira de Sinais.

SEÇÃO 3: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

3.1 Análise do corpus da pesquisa

Desde que comecei a trabalhar com surdos, como professora de língua portuguesa, como segunda língua, comecei a pesquisar sobre a LIBRAS e, assim, tive a oportunidade não só de aprender a língua como também conhecer a comunidade surda de Porto Velho. Pesquisei os livros que se dedicaram a descrever a língua e o que cada obra revelava sobre a LIBRAS e, conseqüentemente, sobre os surdos. Fui percebendo que muito se falava sobre os surdos, sobre a língua, sobre a cultura surda, sobre os intérpretes, sobre a lei de LIBRAS, sobre o bilinguismo, etc., e que a língua ainda estava em um processo de consolidação. Inúmeros são os discursos que circulam na sociedade sobre os surdos e sua língua de modalidade diferente, espaço visual.

Ao iniciar meus estudos sobre a ADF, percebi que os discursos presentes nos livros de descrição da LIBRAS poderiam constituir objeto de estudo. Desse modo, objetivei fazer uma pesquisa que investigasse, dentro do processo de descrição da LIBRAS, esses discursos e suas regularidades.

O material constituído para análise bibliográfica desta dissertação consiste em cinco livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS. Essas descrições começaram a ser feitas por pesquisadores brasileiros na década de 90. As pesquisas foram desenvolvidas em comunidades surdas tendo como parâmetro as pesquisas realizadas sobre a ASL (Língua de Sinais Americana).

O primeiro livro analisado foi “Por uma gramática de língua de Sinais” de Lucinda Ferreira Brito (2010[1995]) que apresenta um volume com 273 páginas e acompanhado de uma bibliografia com cerca de 130 títulos. Encontra-se dividido em três partes, sendo a Parte I intitulada: Aspectos Descritivos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) subdividida em nove capítulos, quais sejam:

Capítulo 1 – Visão Geral de Aspectos Linguísticos que serão abordados

Capítulo 2 – Morfofonologia e Sintaxe da LIBRAS

Capítulo 3 – Negação em LIBRAS

Capítulo 4 – Pronomes em LIBRAS e em ASL

Capítulo 5 – Classificadores em LIBRAS

Capítulo 6 – Correferência em LIBRAS

Capítulo 7 – Modalidades Epistêmicas e Deônticas em LIBRAS

Capítulo 8 – Termos Básicos para Cores em Línguas de Sinais

Capítulo 9 – Atos de fala: O pedido e as Estratégias de Polidez em LIBRAS

A Parte II, intitulada: Metodologia de Pesquisa das Línguas de Sinais subdividida em três capítulos.

Capítulo 10 – Pesquisa de Campo

Capítulo 11 – Sistema de Transcrição de Enunciados e Textos de Línguas de Sinais

Capítulo 12 – Sistema Ferreira Brito-Langevin de Transcrição de Sinais

A Parte III, intitulada: Pesquisa Comparativa de Línguas de Sinais, contendo um capítulo.

Capítulo 13 – Sinais para Tempo e Espaço em LIBRAS e em LSKB

Dos treze capítulos apresentados na obra, cinco foram resultados de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras instituições estrangeiras como Center for Latin American Studies da Universidade da Califórnia e a FAPERJ, visto que as pesquisas tinham como alvo não somente a LIBRAS como também a ASL. Alguns são escritos em coautoria e são devidamente mencionados os nomes dos coautores, sendo tais informações obtidas devido às notas presente ao final de cada capítulo. Trata-se de uma obra de valor inestimável devido à abrangência de aspectos observados e registrados sobre as línguas de sinais: LIBRAS, LSKB e ASL. São feitos agradecimentos a todos que participaram das pesquisas as pessoas surdas e não surdas.

Em vários capítulos é enfatizado que os sinais ou narrativas obtidas durante as pesquisas foram filmadas em vídeo bem como registrados em figuras que ilustram os capítulos mencionados.

Para uma leitura que possibilite a apreensão de todos os aspectos abordados no livro “Por uma gramática da língua de sinais” (2010 [1995]), faz-se necessário conhecimento sobre a LIBRAS, a comunidade que a utiliza, as filosofias educacionais que já foram vivenciadas pelo povo surdo e conhecimentos da área da linguística, pois

são mencionados diversos autores que constituem leitura obrigatória durante os cursos de formação da área de Letras, tais como Saussure e Lyons bem como os estudos sobre ASL.

Sobre este livro, é interessante ressaltar o seu caráter de pioneirismo e ineditismo à época, visto que a autora, além de pesquisar a LIBRAS, ASL e LSKB realizou uma pesquisa que resultou no inventário das configurações de mãos (46) e também criou um sistema de notação da LIBRAS, ambos utilizados várias obras que se seguiram. Tais obras recorrem a esta tamanha é a sua abrangência em reunir o máximo possível de temas em torno da LIBRAS, os usuários da língua, a cultura, a surdez, as filosofias educacionais, os aspectos linguísticos da língua, bem como seu valor para a comunidade acadêmica devido ao aporte teórico mencionado e também pelos resultados obtidos em suas pesquisas e registrados nesta obra.

O título escolhido para esta “Por uma gramática de línguas de sinais”, revela que todas as pesquisadas realizadas, em diversos aspectos linguísticos, três línguas de sinais: LIBRAS, LSKB e ASL, apontam para a comprovação de que é possível descrever a gramática dessas línguas e todo esse esforço foi dedicado a isso! A figura que estampa a capa é um sinal que significa “explicar”, significado que consegue resumir o que a obra se propõe a fazer, e o faz.

O segundo livro “Introdução à gramática de LIBRAS”, de Tanya A. Felipe (1997), é composto por 38 páginas e, foi dividido em seis partes, seguidas do apêndice e contendo uma bibliografia composta por 42 títulos. As partes encontram-se organizadas da seguinte forma:

- 1- O universal nas línguas
- 2- O sinal e seus parâmetros
- 3- Sistema de Transcrição para a LIBRAS
- 4- Os processos de formação de palavras na LIBRAS
- 5- As categorias gramaticais na LIBRAS
- 6- Tipos de frases na LIBRAS

No segundo livro, é apresentado no item 1 “O universal nas línguas”, em que reúne as questões referentes aos preconceitos e mitos sobre as línguas de sinais apontando aquilo que há de comum entre as duas línguas, enfatizando as estruturas

formadas a partir de unidades mínimas. Observa-se uma abordagem direta sobre os aspectos linguísticos da LIBRAS. A autora desse livro era, à época do desenvolvimento dessa obra, coordenadora do grupo de pesquisa da FENEIS, fato que se percebe devido aos exemplos citados, pois são todos transcritos em LIBRAS e dentro de um contexto cultural surdo.

A obra de Tanya Amara Felipe constitui, como declara o título, uma introdução à gramática da LIBRAS, sendo sua leitura acessível à pessoas que possuem formação em quaisquer áreas.

O terceiro livro analisado foi “Aspectos linguísticos da LIBRAS” de Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes (1998), é composto por 37 páginas e dividido em três partes: 1. Variações linguísticas, 2. Iconicidade e arbitrariedade e 3. Estrutura gramatical, não trazendo as referências bibliográficas. A ilustração do livro foi realizada por uma das autoras: Karin Lilian Strobel que é surda.

A estruturação do livro anuncia a identidade de uma de suas autoras e o discurso que ela pretende divulgar sendo representante do povo surdo, pois ao iniciar a obra com um capítulo destinado às variações linguísticas, é possível perceber a tentativa de provar o status de LO das LS. A ocorrência de fenômenos, como variações sociais e mudanças históricas nos sinais, corroboram com a afirmação, mencionada na obra de que as línguas de sinais são línguas naturais.

Sobre o capítulo dois, ao referir-se a questões sobre iconicidade e arbitrariedade tem-se a negação de uma das crenças mais comuns sobre a LIBRAS, a de que as LS seriam uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos. Nesse capítulo, alguns sinais arbitrários são apresentados para que seja possível a constatação de que há os dois fenômenos na LIBRAS.

O capítulo três é dedicado à explanação sobre a estrutura da LIBRAS, trazendo, como nos anteriores, os parâmetros principais, configuração de mão, ponto de articulação e movimento, seguidos dos parâmetros secundários, disposição das mãos, orientação das mãos e região de contato. Há também, a apresentação de como se organizam as frases na LIBRAS, uma vez que devido à diferença de modalidade, a LIBRAS apresenta uma forma própria de organizar os sinais em um enunciado. Em seguida, são apresentados o sistema pronominal, os advérbios e os classificadores na

LIBRAS. Podemos afirmar que este livro não segue um padrão de exposição de aspectos linguísticos de uma língua, no entanto, essa forma peculiar de iniciar apresentando as variedades linguísticas além de ratificar o status de LO da LIBRAS expõe um argumento conhecido e reconhecido pela maioria da população: o de que as línguas apresentam variedades regionais.

O quarto livro observado foi “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos” de Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp (2004), que apresenta um volume com 221 páginas, organizado em quatro capítulos, seguido de bibliografia com cerca de 140 títulos. Os capítulos estão organizados com os seguintes temas:

- 1 A linguística e a língua de sinais brasileira
- 2 Fonologia das línguas de sinais
- 3 Morfologia das línguas de sinais
- 4 A sintaxe espacial

O quarto livro analisado, apresenta-se bastante didático ao explicar conceitos próprios da área da linguística, contextualizando o leitor acerca de como os conceitos se restringem às LO e de como tem sido, desde as pesquisas de William Stokoe (1960), o entendimento dessa área acerca da Língua de sinais brasileira, forma como as autoras se referem à LIBRAS, em sua obra. Os mitos sobre as línguas de sinais também são abordados, enfatizando que constituem concepções inadequadas em relação às LS, e alertando que as investigações sobre as LS podem fornecer novas perspectivas teóricas sobre as línguas humanas. Nas demais partes, é realizada minuciosa explanação da fonologia, da morfologia e da sintaxe espacial da LIBRAS (referida na obra como língua de sinais brasileira). No livro, não são utilizadas figuras desenhadas para exibir os sinais e, sim fotos, feitas por um fotógrafo profissional, tendo como modelo, uma surda, usuária da LIBRAS. Tal escolha se deve ao fato de ser uma obra mais recente (2004) e, é explicado pelas autoras que isso proporcionaria maior fidelidade quanto às expressões faciais, incluídas nas expressões não-manuais (movimento da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco) funcionam como marcadores de construção sintática e diferenciação de itens lexicais.

Para a leitura da obra, faz-se necessário conhecimento na área de linguística para um melhor entendimento da descrição da LIBRAS, visto que as autoras se

embasam em teóricos da área como Chomsky (1986), Lyons (1987), entre outros. Há ainda a referência a ASL e diversos autores que se dedicaram às pesquisas sobre LS nos EUA, como Stokoe (1960), Klima e Bellugi (1979) e, os que seguem com as pesquisas, como as próprias autoras.

O quinto livro selecionado para análise foi “LIBRAS Língua de Sinais A Imagem do Pensamento” de Catarina Kiguti Kojima e Sueli Ramalho Segala (2008). Trata-se de uma coleção de livros organizados em cinco volumes. Sendo que, para esta análise, foi selecionado o volume 1, composto de 111 páginas, contendo uma bibliografia de 16 títulos e disposto em um índice comentado:

- 06 - COMUNICAÇÃO
- 07 - COMUNICAÇÃO DOS SURDOS
- 09 - DACTILOLOGIA
- 18 - SOLETRAÇÃO RÍTMICA
- 22 - ORIENTAÇÃO ESPACIAL
- 25 - EXPRESSÕES: FACIAL OU CORPORAL
- 29 - SISTEMAS DE EXPRESSÕES GESTUAIS / MÍMICAS
- 40 - CONFIGURAÇÃO DAS MÃOS
- 91 - ESTRUTURA DAS PALAVRAS
- 110 - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sobre o livro “LIBRAS Língua de Sinais A Imagem do Pensamento”, nota-se que ele constitui uma descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS, porém, não foi intenção das autoras, se deterem à questões técnicas e próprias da linguística . Esse livro demonstra ter um caráter de manual da língua, pois apresenta de forma clara como utilizá-la, revelando, por meio de ilustrações muito nítidas, como a língua é utilizada na prática, na comunidade surda, havendo a preocupação em trazer exemplos que elucidem como o sinal deve ser realizado. A disposição das figuras, organizadas em ordem alfabética, expõem alguns sinais que podem ser realizados a partir de determinada configuração de mão.

No final do livro, há um relato de um surdo, que é irmão da autora, Rimar Ramalho Segala e, que é provável que tenha também colaborado na produção do livro.

Este livro apresenta uma vasta ilustração, e pode ser lido e consultado diversas vezes, por ouvintes e surdos, pois traz sinais que fazem parte do cotidiano dos surdos. Ao contrário da ideia preconcebida das pessoas, alguns surdos adquirem a língua de forma tardia e, também necessitam aprender os sinais e como utilizá-los dentro da estrutura da LIBRAS sendo esta uma aquisição célere.

SEÇÃO 4 – ANÁLISE DE REGULARIDADES DISCURSIVAS NOS FRAGMENTOS DE TEXTOS DOS LIVROS DE DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Nesta seção, trataremos da análise dos fragmentos de textos acerca da LIBRAS, retirados de cinco livros de descrição da Língua Brasileira de Sinais, como já mencionado no item 3.1, da seção 3. Pesquisamos, dentre os livros existentes, e destacamos cinco, os quais consideramos de grande circulação na comunidade surda e no país, são eles: “Por uma Gramática de Língua de Sinais” de Lucinda Ferreira Brito (2010[1995]); “Introdução à gramática de LIBRAS” de Tanya A. Felipe (1997); “Aspectos linguísticos da LIBRAS” de Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes (1998); “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos” de Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp (2004); “LIBRAS Língua de Sinais A Imagem do Pensamento” de Catarina Kiguti Kojima e Sueli Ramalho Segala (2008).

Percebemos, pelos títulos das obras, que as autoras optaram por não usar o título “Gramática da LIBRAS”, devido ao fato de reconhecerem que, em vista de os estudos serem ainda recentes sobre a LSB, faz-se necessário descrever como essa língua se organiza (estrutura), quais são suas regras, sua modalidade, e também apresentar a língua de sinais (LIBRAS) como língua natural fato que era desconhecido pela maioria das pessoas e, que por esse motivo, ocasionou crenças e preconceitos já abordados na seção I deste trabalho.

Nesse caso, o que foi produzido pelas autoras mencionadas anteriormente, se configura em uma gramática descritiva, pois se referem à língua (com suas regras e exceções utilizadas pelos falantes) tal qual é utilizada em determinado momento histórico. Vale destacar que muito ainda há a se discutir para que se possa pensar na produção de uma gramática normativa da LIBRAS.

Os aspectos linguísticos da LIBRAS foram sistematizados, nesses livros, de maneira análoga. Em dois desses livros, o I e o IV, há referência expressa às pesquisas pioneiras de William Stokoe, (bem como a comparação com a língua de sinais americana (ASL), visto que os estudos de Stokoe foram realizados com tal língua de sinais), conforme descrição, na seção 1 deste trabalho. Também as concepções de linguagem e língua são abordadas além da modalidade de língua diversa da oral, visto

que a língua brasileira de sinais é espaço-visual. Os níveis linguísticos, fonológico, morfológico e sintático são abordados pelos cinco livros, de forma diversa, conforme descreveremos a seguir.

Ferreira (1995), opta por trazer no mesmo capítulo a morfologia e a fonologia juntas (usando a nomenclatura morfofonologia da LIBRAS), além da sintaxe, ainda no referido capítulo. Já Felipe (1997) e Quadros e Karnopp (2004) trazem os níveis linguísticos, fonologia, morfologia e sintaxe da Língua Brasileira de Sinais em capítulos diferentes. Strobel e Fernandes (1998) e Kojima e Segala (2008) abordam os aspectos fonéticos – fonológicos, morfológicos e sintáticos, sem utilizar nomenclatura própria da teoria linguística, talvez para tornar a leitura mais acessível a leitores que não dominem e nem se interessem por conhecer termos próprios da área linguística.

Nos livros de descrição da LIBRAS, o discurso é construído a partir da comparação feita com as línguas orais. Os contrastes são bastante explorados uma vez que buscam a consolidação das línguas de sinais como línguas naturais e, observa-se que as teorias linguísticas utilizadas são as que já se encontram estabelecidas, e que versam sobre as línguas orais-auditivas.

Quanto à organização dos livros, há uma regularidade observada, em primeiro lugar a afirmação de serem as línguas de sinais línguas naturais. Isso se deve ao fato de as línguas de sinais por um longo período terem sofrido fortes preconceitos por conta de sua modalidade que é espaço-visual o que favorece a iconicidade. Surge, então, o segundo tipo de regularidade, enunciados construídos a partir da modalidade de língua que é diferente das línguas que são orais-auditivas. O terceiro tipo de regularidade se dá por conta dos enunciados que tentam desmistificar as crenças e os mitos em torno das línguas de sinais. E, em quarto e último lugar, temos a regularidade sobre a estrutura da LIBRAS que ocorre por meio dos parâmetros que foram descritos por Stokoe e percebidos na estrutura de todas as línguas de sinais descritas até o momento.

A estrutura interna dos sinais da LIBRAS, a partir dos parâmetros, para efeitos de níveis linguísticos, enquadra-se na fonética e fonologia. Desse modo, todos os livros abordam os aspectos fonéticos e fonológicos da LIBRAS, utilizando ou não a nomenclatura fonética e fonologia. Em quatro, dos cinco livros pesquisados, as autoras

se referem à língua pesquisada utilizando a sigla LIBRAS que significa Língua Brasileira de Sinais e, somente no livro IV, as autoras optaram por não utilizar nenhuma sigla para se referir à língua de sinais em estudo, pois, além da sigla LIBRAS, existe também aquela que segue o padrão internacional de identificação para as línguas de sinais, a LSB.

Os fragmentos de textos foram selecionados da seguinte forma:

- Aqueles que se referem às línguas de sinais como sendo línguas naturais;
- Aqueles que se referem à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-auditiva;
- Aqueles que se referem às crenças e aos preconceitos que envolvem as línguas de sinais;
- Aqueles que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS;
- Aqueles que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição da LIBRAS.

Todo o embasamento teórico para tratar dos níveis linguísticos na Língua Brasileira de Sinais foi construído a partir das pesquisas realizadas por Willian Stokoe, e tendo por base as teorias linguísticas que tratam das línguas orais.

Neste trabalho, para nos referirmos aos livros analisados, convencionamos tratar o livro “Por uma gramática de Língua de Sinais” de Lucinda Ferreira Brito (*Livro I*), “Introdução à gramática de LIBRAS” de Tanya A. Felipe (*Livro II*), “Aspectos linguísticos da LIBRAS” de Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes (*Livro III*) , “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos” de Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp (*Livro IV*) e o livro “LIBRAS Língua Brasileira de Sinais A imagem do pensamento” de Catarina Kiguti Kojima e Sueli Ramalho Segala (*Livro V*).

No que se refere à análise discursiva, optamos por utilizar as teorias de Foucault em discurso, arquivo, sujeito, formação discursiva e enunciado. E na teoria de Pêcheux utilizaremos as condições de produção, memória discursiva e interdiscurso. Ainda, as teorias de Baumam, Hall e Bhabha sobre identidade e pertencimento, os procedimentos adotados para análise foram dispostos do seguinte modo: primeiro, selecionamos os parâmetros textuais, como organização textual, as estratégias de formação discursiva, os operadores e modalizadores discursivos; segundo, buscamos as regularidades

discursivas; e terceiro, as condições de produção. Desse modo, a metodologia escolhida é a de pesquisa bibliográfica e a análise discursiva foucaultiana. A partir disso, acreditamos poder reconhecer e apontar as regularidades encontradas nos textos, situadas nos livros I, II, III, IV e V de descrição dos aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais.

4.1 Fragmentos de textos relativos às Línguas de Sinais como Línguas naturais

Nesta subseção, abordaremos os discursos dos livros por meio da seleção dos enunciados *língua (s) de sinais* e *língua (s) natural (is)*. Lembrando que, ao se referir às línguas de sinais, também estamos nos referindo à LIBRAS, já que a mesma é uma língua de sinais e, no caso, é a língua de sinais da comunidade surda brasileira, por esse motivo apresenta a sigla (LIBRAS). A análise aconteceu a partir da busca dos fragmentos de textos sobre as línguas de sinais presentes nos livros de descrição da LIBRAS.

O enunciado “língua (s) de sinais” começou a circular com mais frequência nos livros e, na sociedade em geral, após sua primeira descrição feita pelo linguista William Stokoe, por meio de um artigo publicado em 1960, sobre a ASL (Língua de Sinais Americana), nos Estados Unidos. A expressão foi difundida devido à imensa repercussão que seu artigo causou no meio acadêmico e nas demais comunidades surdas presentes nos seis continentes, isso devido à existência de surdos em todo o planeta. Posteriormente, com o advento da Inclusão (social, escolar), houve a necessidade de se oferecer a chamada “Educação para todos” firmada em 1990, por meio da Declaração sobre Educação para Todos e reafirmada na Declaração de Salamanca, realizada em 1994. A partir disso, era imprescindível que todas as pessoas com necessidades especiais fossem incluídas nas escolas regulares para receber atendimento igualitário. Nessa inclusão, estavam os cegos, os surdos, cadeirantes, as pessoas com síndromes diversas etc. Dentre estes, que já demandavam profissionais habilitados para o seu atendimento, havia os surdos que necessitavam de algo a mais em relação às outras pessoas, necessitavam de um profissional que os atendesse em sua peculiaridade linguística, pois são usuários de uma língua que não é oral, uma

língua espaço-visual, a língua de sinais. Desse modo, iniciou-se um processo de conhecimento dessa língua e desse sujeito usuário dessa língua, uma vez que para viabilizar a comunicação havia a necessidade de ter tradutores/intérpretes de LS. No entanto, a língua de sinais era desconhecida naquele momento e, por isso, muitas crenças e preconceitos a rondavam. É relevante lembrar que, no Brasil, nessa época, a língua de sinais ainda não tinha sua nomenclatura definida como LIBRAS. O fato de essa língua não ser oral, ser diferente do que era considerado “normal”, que, nesse caso, eram as línguas orais, dificultava o processo de inclusão, devido ao fato de uma minoria se interessar em aprender uma língua considerada ilegítima, limitada, considerada como a “linguagem” dos surdos-mudos.

A partir dessa necessidade, a comunidade surda brasileira se mobilizou em vários cenários para tornar a língua de sinais (LIBRAS) conhecida, desmistificada e, assim, respeitada. Dessa forma, as pesquisas em torno da LIBRAS se intensificaram no intuito de provar que a língua de sinais não era somente pantomima, ou gesticulação, mas, sim língua natural. Todos os esforços para que isso ocorresse culminou com a criação da Lei nº 10.436/02 que reconhece a LIBRAS como meio de comunicação e expressão da comunidade surda e como segunda língua oficial do Brasil.

Foi com base no exposto que conseguimos entender a possibilidade do aparecimento desse enunciado “*língua(s) de sinal (is)*”. Antes do surgimento dessa mobilização da comunidade surda no Brasil, não havia espaço histórico-social que permitisse essa existência. Trata-se, nesse contexto, de compreender a singularidade da existência desse enunciado, suas condições de produção que, neste trabalho, citamos por intermédio de Pêcheux (2009).

Quanto ao enunciado “língua (s) natural (is)”, percebemos que o mesmo tem seu efeito de sentido construído a partir da existência do enunciado “língua(s) de sinais” que de acordo com o momento sócio-histórico mencionado teve seu aparecimento devido à necessidade de as línguas de sinais se firmarem como língua, pois, como citado anteriormente, as línguas de sinais não eram consideradas “língua(s) natural (is)”. Somente após diversos estudos comparativos, os pesquisadores das línguas de sinais como Quadros e Karnopp (2004) embasados na definição de língua natural dada por Chomsky (1957), em que língua natural é “um conjunto (finito ou infinito) de sentenças,

cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos”, concluem que, as línguas de sinais respondem a esta definição podendo, assim serem consideradas línguas naturais. O fato de as autoras se embasarem em outro autor nos fragmentos dos textos nos permite perceber a heterogeneidade do sujeito e as diferentes vozes que o constituem.

Assim, “línguas natural (is)” constitui um enunciado que está inscrito na formação discursiva de línguas de sinais, visto que ajuda a construir um discurso que tenta cientificizar a LIBRAS, a partir do momento em que a mesma é figurada no espaço das línguas naturais. Nessa perspectiva, as condições de produção em que são produzidos os livros sobre os aspectos linguísticos da LIBRAS marcam o contexto imediato.

Foram selecionados cinco fragmentos de texto para análise, retirados dos cinco manuais de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS. As formulações foram construídas estrategicamente a partir dos enunciados “língua(s) de sinais” e “línguas naturais” que acionam efeitos de sentidos produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos envolvidos e da maneira como compreendem a realidade político e social em que se encontram. Para tanto, há a utilização de fundamentos linguísticos já estabelecidos por enunciadores/sujeitos que representam o poder no discurso e que tem legitimidade para enunciar, ou seja, são vozes acionadas a partir do lugar institucional de onde falam e, assim, representam o poder instituído. É por meio deste poder que há o estabelecimento das condições de verdade do discurso, uma vez que para Foucault “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2012, p. 54). Assim, percebe-se que as relações de poder é que constituem o efeito de verdade nos discursos.

Livro I

[...] LIBRAS é uma **língua natural** com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem (BRITO, 2010, p.11).

Livro II

Pesquisas sobre as **línguas de sinais** vêm mostrando que estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais (FELIPE, 1997, p.81).

Livro III

[...] LIBRAS é **uma língua natural** com toda complexidade dos sistemas linguísticos que servem à comunicação socialização e ao suporte do pensamento de muitos grupos sociais. (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.37)

Livro IV

As línguas de sinais são consideradas **línguas naturais** e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, conforme discutido anteriormente (...) (QUADROS; KARNOPP, 2004 p. 30)

Livro V

A **Língua de Sinais** é a **língua natural** da comunidade surda. Esta língua, com *regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias*, possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p. 04)

Os fragmentos selecionados dos livros de descrição da LIBRAS são construídos a partir da comparação feita entre línguas de sinais e línguas naturais ou línguas orais (essas expressões são intercambiáveis nesse contexto). Tais comparações podem ocorrer de forma expressa por meio de modalizadores discursivos, a saber, como, quanto...ou de maneira implícita, sempre estabelecendo as semelhanças e as diferenças para traçar o paralelo dos enunciados.

Dessa forma, nos fragmentos escolhidos, a comparação se repete no que se refere à afirmação de que as línguas de sinais são línguas naturais apresentando regularidade através dos vocábulos “complexidade”, “sistema” e “comunicação” que são característicos da área das correntes linguísticas que declaram as línguas naturais possuírem tais atributos por possuírem regras, estruturas próprias e atingirem seu objetivo como língua que é estabelecer a comunicação.

Na formulação, “LIBRAS é uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem” (BRITO, 2010, p.11) não está expressa a comparação, contudo conseguimos recuperá-la ao perceber que há referência a sistemas linguísticos no plural, logo, fala-se em outro sistema linguístico, tratando-se do sistema linguístico oral. É possível, por meio do “não- dito”, entender que se há a afirmação de que a ‘LIBRAS é língua natural com toda a complexidade’, é

para contrapor um discurso que diz o contrário, e que se faz presente no interdiscurso como dito por Pêcheux (2009), o pré-construído, como aquilo que fala antes, em outro lugar e que preexiste ao sujeito. No decorrer da formulação, “que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem”, revela uma crença de que os surdos não eram pessoas consideradas dotadas da faculdade de linguagem, eram considerados incapazes e, por isso, não se comunicavam satisfatoriamente, só se comunicavam através de “mímicas”.

Em “pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais” (FELIPE, 1997, p.81), percebe-se que persiste o pressuposto de que as línguas de sinais ainda estão se estabelecendo como línguas complexas e expressivas e que, sendo desse modo, tais línguas eram consideradas como linguagem e, que de acordo com as confirmações das pesquisas linguísticas já estão alcançando o nível de se compararem às línguas orais, posição que garante seu lugar como “língua natural”.

Nos fragmentos do livro III e do livro V, percebe-se uma dispersão presente no enunciado através da expressão “*grupos sociais*” e “*comunidade surda*”, isso revela o lugar que o sujeito dessa enunciação ocupa, pois em Foucault (2002), temos que “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2002, p.107). Provavelmente, esse sujeito fala no discurso como integrante dessa comunidade, sendo esse seu lugar social. Também ao reconhecer a importância dessa língua com suporte de pensamento para essa “pessoa surda”, inferimos que o surdo então, não era considerado como pessoa pensante necessitando para seu desenvolvimento cognitivo ter uma língua própria, identificamos, assim, a valorização atribuída a essa língua o que demonstra uma posição-sujeito assumida. É o que se confirma nas palavras de Fernandes (2005)

[...] É no social que se definem as posições-sujeito, não fixas, marcadas por mutabilidade, e a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas. (FERNANDES, 2005, p.32)

Desse forma, fica explícita a heterogeneidade constitutiva do sujeito, aquele que se encontra autorizado a falar em um determinado lugar, no caso, a comunidade surda da qual sabemos que a autora faz parte, sendo ela surda, filha de surdos, e irmã de surdo, professora, formadora de tradutores/intérpretes de LIBRAS, e num determinado momento histórico que possibilitou o aparecimento da língua de sinais como língua completa, complexa e, por conseguinte, ‘natural’ a partir das teorias linguísticas. Ainda no fragmento do livro V, percebe-se pelo “favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade”, que antes os surdos não tinham acesso aos conceitos e conhecimentos da sociedade, por conta de serem forçados a utilizar uma língua oral que não lhes proporcionava um entendimento pleno e satisfatório do mundo que os cercava.

4.2 Fragmentos de textos relativos à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-auditiva

Neste item, abordaremos os discursos dos livros que se referem à modalidade das línguas LS em contraposição com a modalidade oral-auditiva. Essa constitui a diferença que talvez tenha originado inúmeras crenças e preconceitos sobre as LS. Enquanto uma é realizada no espaço e percebida pelos olhos, a outra é emitida por sons e percebida pelos ouvidos. Sobre a última recai o peso da tradição, do que é concebido como “normal” o que leva a primeira a ser considerada como menor, e até mesmo inferior.

Livro I

[...] Partiremos do pressuposto de que as **línguas espaço-visuais** são tão completas, complexas e abstratas quanto às línguas orais/auditivas como o Português, o Francês, o Inglês, etc. (BRITO, 1995, p.35)

Livro II

A LIBRAS, como toda **língua de sinais**, é uma língua de **modalidade gestual visual** porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Portanto, diferencia-se da língua portuguesa, que uma língua de modalidade oral –auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticas de cada língua. (FELIPE, 1997, p. 82)

Livro III

A **modalidade gestual-visual-espacial** pela qual a LIBRAS é produzida e percebida pelos surdos leva, muitas vezes as pessoas a pensarem que todos os sinais são desenhos no ar do referente que representam. É claro que, por decorrência de sua natureza linguística, a realização de um sinal pode ser motivada pelas características do dado da realidade a que se refere, mas isso não é uma regra. A grande maioria dos sinais da LIBRAS são arbitrários, não mantendo relação de semelhança alguma com seu referente. (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.4)

Livro IV

Os seres humanos podem utilizar uma língua de acordo com a modalidade de percepção e produção desta: modalidade oral-auditiva (português, francês, inglês, etc.) ou **modalidade visuoespacial** (**língua de sinais** brasileira, **língua de sinais** americana, **língua de sinais** francesa, etc.) (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.24)

Livro V

Pesquisas linguísticas têm demonstrado que as **Línguas de Sinais** são sistemas de comunicação desenvolvidos pelas **comunidades surdas**, constituindo-se **em línguas completas** com estruturas independentes das línguas orais. Os sinais são formados a partir de parâmetros, como a combinação do movimento das mãos com um determinado formato num determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.4)

Os cinco fragmentos de textos acima, abordam a questão da modalidade linguística das línguas de sinais e apresentam os vocábulos “modalidade” e “espaço-visual”, (visuoespacial ou gestual-visual-espacial), referindo-se à maneira como as línguas de sinais são produzidas por seus usuários. Os textos são construídos de forma a evidenciar algo singular na língua de sinais. Algo que constitui a principal diferença em relação às línguas orais. A modalidade, no caso espaço-visual, implica na maneira como o falante nativo dessa língua enxerga o mundo. Por ter a visão como principal meio de apreensão do mundo, o surdo tem, conforme Skliar (2013, p.28), “[...] todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu contorno, por meio da experiência visual”. Assim, nos vocábulos “*modalidade*” e “*espaço-visual*” (ou visuoespacial, gestual-espacial-visual), encontramos uma regularidade que aciona diferentes discursos acerca da surdez que descortinam as posições ideológicas desse sujeito que fala. Quem enuncia isso são linguistas, sujeitos

que ocupam um lugar institucional, portanto, têm um discurso a pronunciar de acordo com esse lugar. É o que se verifica em Foucault (2002), ao mencionar o que denomina de “prática discursiva”

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2002, p. 136)

Dessa maneira, Foucault evidencia o discurso como algo praticado em função das condições que se estabelecem, de acordo com, as instituições em que o sujeito se encontra e das quais enuncia.

“*Modalidade*” e “*espaço-visual*” têm sua condição de aparecimento em função da dispersão dos discursos acerca da surdez. Somente a partir do enunciado “*línguas de sinais*” é que se passou a falar em modalidade espaço-visual.

A construção dos textos nos livros continua sendo por meio de comparações feitas envolvendo os enunciados *língua(s) de sinais* e *línguas natural(i)s*. No livro (I), a autora, sendo linguista, tem seu discurso pautado nas comprovações obtidas através das pesquisas, dada a sua inscrição em um espaço sócio-histórico específico. Ao se referir as línguas espaço-visuais, os efeitos de sentido acionados remetem ao enunciado “*línguas de sinais*” considerando sua produção espaço-visual. Ao utilizar o vocábulo “pressuposto”, a autora declara ainda o caráter investigativo da afirmação, pois naquele momento histórico, a LIBRAS, ainda passava por uma comprovação científica enquanto língua natural, sua existência como objeto discursivo encontrava-se em construção. No entanto, ao compará-la com as línguas orais-auditivas, que já tinham sua realidade discursiva definida, pretendia-se posicionar as línguas de sinais no mesmo espaço privilegiado de língua natural.

No fragmento de texto do livro II, continua a regularidade referente à modalidade da língua por meio dos vocábulos ‘modalidade’, ‘canal’, ‘comunicação’ e aparecem os vocábulos ‘movimentos gestuais’ e ‘expressões faciais’ que são elementos característicos das línguas de sinais, posto que para realização dos sinais e da própria produção da LIBRAS, é necessário que haja os movimentos das mãos e as expressões da face estas constituem aspectos que corroboram na distinção dos significados dos

sinais da LIBRAS. A comparação como estratégia de construção continua por meio da diferença traçada em relação à língua oral, língua portuguesa, contudo há referência a uma segunda diferença que é a estrutura gramatical, esta afirmação possibilita inferir por meio do “não-dito” que ambas as línguas possuem estrutura gramatical e não somente a língua oral, mas também a língua de sinais, considerada por um longo período agramatical ou dependente da gramática das línguas orais.

No fragmento de texto do livro III, observa-se que continua a regularidade referente à modalidade da língua, no entanto, há uma dispersão, o discurso não é construído por meio da comparação e sim é mencionada uma característica de todas as línguas, orais ou de sinais, todavia mais evidente nas línguas espaço-visuais que é a iconicidade. Tal característica desperta nas pessoas a sensação de que não se trata de língua natural e sim de mímica ou pantomima. Fato esse que inferioriza a língua de sinais em relação às línguas orais. Sendo, então, negado no enunciado que a iconicidade constitui uma regra nas línguas de sinais, pois inúmeros sinais são arbitrários, ou seja, não são motivados pelo referente. Isso confere às línguas de sinais um caráter de língua natural. O fato observado demonstra a exterioridade do discurso que, de acordo com Pêcheux (2009), ocorre por um funcionamento de uma memória discursiva, não se tratando de uma memória psicológica, mas que se estrutura pelo esquecimento e funciona exatamente pelo efeito de pré-construído.

No livro IV, permanece a regularidade presente por conta da comparação entre as modalidades das línguas em questão oral-auditiva e visuoespacial, o que remete a uma equivalência entre as modalidades, no sentido de serem passíveis de aquisição por qualquer pessoa, pois ao citar as várias línguas de modalidade oral-auditiva e se referir às várias línguas na modalidade visuoespacial o recurso da comparação é estabelecido de maneira a contemplar as duas modalidades. A partir disso, é possível perceber que através desses vocábulos “modalidade” e “visuoespacial” o sujeito procura evidenciar a diferença de modalidade da língua de sinais em relação à modalidade oral auditiva, marcando, assim, uma posição ideológica. Nesse sentido, temos em Pêcheux (2009), que a ideologia se configura como o lugar de constituição do sujeito, intercedido pela interpelação e pelo assujeitamento.

No fragmento do livro V, há, em relação aos outros enunciados, uma regularidade evidenciada pelo enunciado “línguas de sinais” que ocupa um lugar na História, em razão do surgimento do que se pensava antes sobre línguas de sinais, que não se tratava de língua natural, e é acionado por uma memória discursiva teorizada por Pêcheux (1999) como aquilo que vem estabelecer os implícitos, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, a seu respeito. Desse modo, a descrição da ASL, feita por William Stokoe (1960) constituiu um acontecimento enunciativo que proporcionou outros discursos sobre o objeto línguas de sinais e que repousa nessa memória discursiva. Esses vários discursos constituem a formação discursiva que se caracteriza pelo entrecruzamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos históricos, e de diferentes lugares sociais que percebemos por meio das condições de produção em sentido amplo. Ao citar as comunidades surdas um desses lugares sociais é demarcado e o espaço de enunciação é revelado. Ao se referir aos sinais e sua formação, o movimento das mãos e a parte do corpo em que tocam, não há a menção à modalidade expressa pelo vocabulário, contudo se detalha o que significa uma modalidade diferente da oral-auditiva e, com isso, percebe-se a posição ideológica que esse sujeito ocupa.

Ao declarar que as LS “são sistemas de comunicação desenvolvidos pelas comunidades surdas”, esse dizer implica que o fato de essas línguas terem surgido em comunidades não há possibilidade de serem línguas artificiais, pois surgiram da necessidade de comunicação de uma determinada comunidade o que se comprova nas teorias linguísticas de que uma língua natural surge da necessidade natural de comunicação de seus falantes. Dessa forma, a escolha desse dizer silencia outros dizeres. Orlandi (2009, p.83) teoriza “partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não dito”. Nesse sentido, entendemos que ao dizer dessa maneira, as autoras, do (livro V), deixaram silenciado que as LS são línguas naturais.

4.3 Fragmentos de textos relativos às crenças e preconceitos que envolvem as línguas de sinais

Nesta subseção, abordaremos os discursos dos livros através dos fragmentos de textos que mencionam as crenças e preconceitos construídos sobre as línguas de sinais ao longo dos tempos.

Na seção 1, em que tratamos do breve histórico das LS, podemos perceber que o discurso que concebe as LS como “linguagem dos sinais”, como mímica, como pantomima, como dependente das LO, como universal, tem sido bastante repetido em diversos momentos históricos e em diferentes lugares, e assim se constituído em inúmeras formações discursivas. Nessa perspectiva, retomamos o que afirma Pêcheux (2009), a relação entre o dizer e as condições em que esse dizer é construído demonstra a exterioridade como elemento primordial de produção de sentidos, pois carrega consigo a necessidade de se considerar a história como inerente ao discurso.

Por outro lado, outros discursos também têm sido produzidos sobre as LS, como aqueles que desqualificam as crenças e os mitos acerca das LS. Esses discursos são produzidos por pesquisadores que catalogaram e veicularam as crenças e os mitos sobre as LS, num movimento que pretende desconstruir um pensamento arraigado numa memória coletiva, constituindo o que Pêcheux (2009) aborda como a relação entre o discurso e o já-dito, fazendo surgir a concepção de discurso a partir de um pré-construído, que são os sentidos anteriores que sustentam o sentido em construção, denominado como interdiscurso. Nos cinco livros, há referência a essas crenças ou preconceitos por meio do que é dito e também no não-dito sobre as LS.

Os fragmentos são construídos a partir da negação das crenças e preconceitos acerca das línguas de sinais e da comparação estabelecida entre as LS e LO. A crença encontrada e negada em três dos livros analisados é a de que as LS são universais.

Livro I

Não discutiremos neste capítulo se as línguas de sinais são línguas verdadeiras ou apenas sistemas de comunicação sem **gramática**, isto é, conjuntos de expressões associativas, concepção corrente há algumas décadas, mas que, atualmente, faz parte do folclore sobre as línguas de sinais (BRITO 2010, p.35).

O fragmento do livro I, não traz a utilização comum do recurso da comparação entre as línguas utilizado nos livros e nem tem o vocábulo “universal” presente nos demais fragmentos, contudo, a autora, que é linguista, retomando a questão de que as

LS não são consideradas línguas naturais faz referência também à crença de que as LS são destituídas de gramática e, assim dependentes das LO, desse modo, a autora está se referindo à universalidade das LS, pois afirma não ser necessário discutir tais questões, uma vez que considera essas crenças como parte do passado do povo surdo. O discurso propagado, então, faz sentido e produz uma verdade devido ao lugar institucional ocupado por esse sujeito.

Livro II

As línguas de sinais não são **universais**, cada língua de sinais tem sua própria estrutura gramatical. Assim, como as pessoas ouvintes em países diferentes falam diferentes línguas, também as pessoas surdas por toda parte do mundo, que estão inseridos em "**culturas surdas**", possuem suas próprias línguas (FELIPE, 1997, p.81).

No livro II, constatamos claramente o combate à crença da universalidade da LS ao se atribuir à mesma estrutura gramatical. O recurso da comparação é utilizado ao se enfatizar que os falantes das modalidades de línguas em questão, oral auditiva ou espaço visual, de acordo com suas nacionalidades, irão utilizar a língua própria daquele país e, que no caso das pessoas surdas, estas utilizarão a língua da comunidade surda de seus países estando inseridas em "culturas surdas", o que pressupõe participar de uma comunidade em que o fator aglutinante é a língua compartilhada.

Livro III

Na maioria do mundo, há, pelo menos, uma língua de sinais usada amplamente na **comunidade surda** de cada país, diferente daquela da língua falada utilizada na mesma área geográfica. Isto se dá porque essas línguas são independentes das línguas orais, pois foram produzidas dentro das comunidades surdas. A Língua de Sinais Americana (ASL) é diferente da Língua de Sinais Britânica (BSL), que difere, por sua vez, da Língua de Sinais Francesa (LSF) (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.01).

Já no fragmento do livro III, há a repetição do combate à crença de que a LS é universal, e que devido à localidade (país) em que a comunidade surda se encontre a língua utilizada, falada, será diferente da LO devido também à sua independência em relação à LO, acrescentado a isso, há o fator comunidade surda, mencionado pelo livro II, (Na maioria do mundo, há, pelo menos, uma língua de sinais usada amplamente na **comunidade surda** de cada país), e que reitera a questão da língua compartilhada. A

comparação se dá ao se afirmar a diferença entre as várias LS existentes, fato que retoma uma característica das línguas naturais de possuir gramática própria.

Livro IV

Haveria uma única e **universal** língua de sinais usada por todas as pessoas surdas. Essa concepção ainda faz parte do senso comum. As pessoas normalmente perguntam se as línguas de sinais não são **universais**, como se esse fato fosse óbvio. Pode-se contrapor tal concepção, argumentando que as mesmas razões que explicam a diversidade das línguas faladas se aplicam à diversidade das línguas de sinais. Portanto, cada país apresenta sua respectiva língua de sinais. A língua de sinais americana é diferente da língua de sinais brasileira, assim como estas diferem da língua de sinais britânica, da língua de sinais francesa, e assim por diante (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.33).

No fragmento do livro IV, a intenção de desmistificar a crença da universalidade das LS é feita ao se argumentar que essa concepção faz parte do senso comum, portanto, constitui um conhecimento vulgar, ou seja, sem embasamento científico, o que reforça o discurso que procura cientificizar a LIBRAS, presente nesse fragmento produzido por um sujeito que ocupa um lugar institucional autorizado a falar que, no caso é uma linguista e também (CODA)⁴. Ainda nesse fragmento, o recurso da comparação é utilizado evidenciando que as mesmas razões que explicam a diversidade das LO são aplicadas às LS, visto que é notório que cada país possui sua LO oficial e sua LS utilizada pela maioria das pessoas surdas que fazem essa opção, visto que há pessoas surdas que decidem não serem usuárias de LS.

Livro V

Há uma grande confusão e discussão em torno da aceitação ou não da LIBRAS por alguns ouvintes, devido às influências e preconceitos sociais (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.04).

No livro V, apesar de não haver a regularidade por meio dos vocábulos ‘universal (is)’, ‘gramatical’ e ‘surdas’, as autoras se referem às influências e preconceitos sociais por parte de usuários da língua oral, recortando, assim, da memória discursiva os pré-construídos, as crenças em relação às LS, conforme já assinalamos anteriormente.

⁴ CODA- termo cunhado por Millie Brother, que significa (Child of Deaf Adults) é empregado em diversos países, inclusive no Brasil e em Portugal para se referir a filhos ouvintes de pais surdos.

Foi observado que, dos cinco livros analisados, quatro apresentam fragmentos em que há a regularidade por meio dos vocábulos “gramática” e “universal (is)” que remetem a questão da estrutura das LS no intuito de reforçar o seu caráter de língua natural, pois tendo uma estrutura gramatical própria deixam de ser consideradas línguas universais e passam a ser consideradas línguas naturais.

4.4 Fragmentos de textos que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS

Nesta subseção, abordaremos os discursos por meio da seleção de fragmentos dos textos que tratam da descrição estrutural da LIBRAS. A análise ocorreu a partir da busca das singularidades dos discursos por meio dos vocábulos regulares (também são representados por ilustrações) que demonstram como ocorre o processo articulatório das línguas de sinais, uma vez que se trata da descrição de uma língua de modalidade espaço-visual. Os fragmentos foram estruturados de modo a evidenciar que os sinais desempenham na LIBRAS o que as palavras desempenham na língua portuguesa, ou seja, assim como a fonética estuda os sons como entidades físico-articulatórias isoladas (aparelho fonador) cabendo a ela descrever os sons da linguagem e analisar suas particularidades acústicas e perceptivas, a fonética na LIBRAS se propõe a desempenhar o mesmo papel, no entanto, estudando as unidades mínimas na LIBRAS que são as configurações de mãos. Quanto à fonologia, a quem cabe analisar as diferenças fônicas intencionais, distintivas, isto é, que se unem a diferenças de significação, e que determinam a relação entre os elementos de diferenciação e quais as condições em que se combinam uns com os outros para formar morfemas e palavras, a fonologia na LIBRAS, constitui os parâmetros visuais que são configuração de mãos, ponto de articulação e movimento, unindo-se a isso os movimentos do corpo e da face, apresentam o mesmo princípio, lembrando que tal comparação se fez possível devido às pesquisas de William Stokoe (1960), linguista e pesquisador já mencionado seção I deste trabalho, e autor cujas pesquisas, embasam os livros de descrição LIBRAS.

Os fragmentos foram selecionados a partir, então, da regularidade lexical “configuração de mãos”, “ponto de articulação” e “movimento”, a fim de evidenciar a

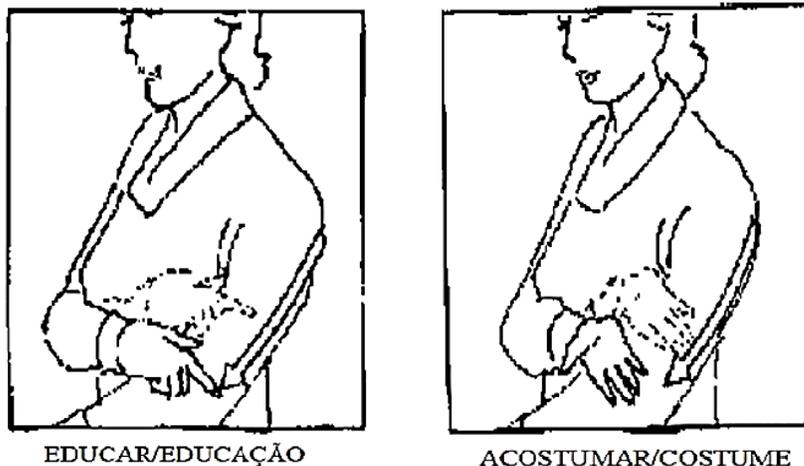
presença de pares mínimos na LIBRAS, assim como na língua portuguesa, visto que, a partir dessa comprovação a LIBRAS conquista o mesmo status que a LO. Esses enunciados tiveram seu acontecimento e sua repetição por conta do momento histórico vivenciado pelos surdos no Brasil, refletindo sua luta em busca de conferir à LIBRAS o mesmo espaço dedicado às LO bem como sua exigência por um modelo educacional que reconheça sua condição bilíngue e bicultural, o bilinguismo.

Livro I

Como as orais, as línguas de sinais exibem a dupla articulação, isto é, unidades significativas ou morfemas, constituídas a partir de unidades arbitrárias e sem significado ou fonemas (Klima; Bellugi, 1979). Nas línguas orais, os fonemas são produzidos pela passagem de ar pela laringe, nariz e boca, e nas línguas de sinais, a estrutura **fonológica** se organiza a partir de **parâmetros visuais**. (FERREIRA, 2010, p. 35)

Configuração da(s) Mão(s): são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização do sinal. Comparando-se as configurações utilizadas em LIBRAS e em ASL, percebe-se que há um grande número de similaridades e algumas diferenças. Entre estas, podemos citar as configurações chamadas de F e T no alfabeto manual do Brasil e que não são utilizadas em ASL. O “F” da ASL é uma configuração diferente, também muito usada na LIBRAS, mas sem letra correspondente no alfabeto manual brasileiro. Por essa divergência entres LIBRAS e ASL pode-se notar que cada língua possui seu sistema de configurações e que estas não se restringem apenas às nomeadas no alfabeto manual. O inventário das configurações é, em geral, mais amplo e a descrição e classificação de cada configuração requerem uma elaboração criteriosa. Cada configuração é um elemento distintivo, como o comprovam os sinais **COSTUME** e **EDUCAÇÃO**, que possuem todos os parâmetros idênticos, menos a Configuração da Mão. (FERREIRA, 2010, p.36)

Figura 3 - Par mínimo distinto pelo parâmetro 'configuração de mão'



EDUCAR/EDUCAÇÃO

ACOSTUMAR/COSTUME

Fonte: (Ferreira, 2010, p. 37-38)

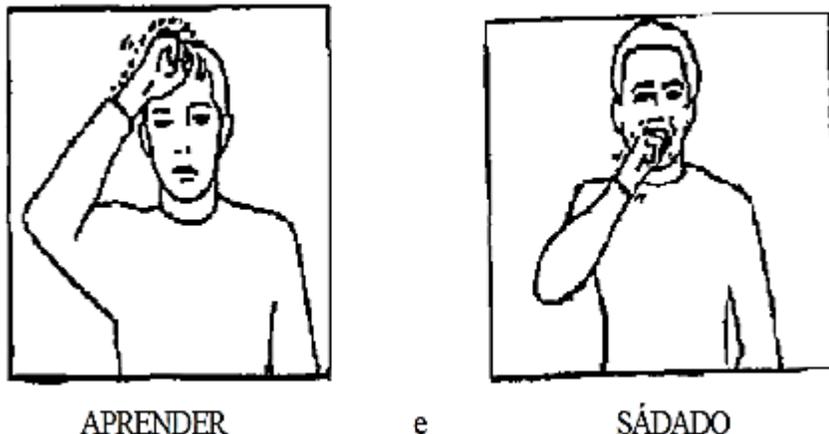
Ponto de articulação: é o espaço em frente ao corpo ou uma região do próprio corpo, onde os sinais são articulados. Os sinais articulados no espaço são de dois tipos: os que se articulam no espaço neutro diante do corpo e os que se aproximam de uma determinada região do corpo como, por exemplo, a cabeça, a cintura e os ombros. (FERREIRA, 2010, p.37)

Os sinais que se articulam sobre o corpo têm como característica o contato dos articuladores como uma das quatro áreas maiores utilizadas como Pontos de Articulação: cabeça, tronco, braços e mãos. (Siple, 1978). (FERREIRA, 2010, p.38)

Os sinais realizados em contato próximos a determinadas partes do corpo pertencem, muitas vezes, a um campo semântico específico, organizado a partir de características icônicas. O que se refere à visão é realizado perto dos olhos; o que se refere à alimentação, perto da boca; o que se refere a sentimentos, perto do coração; o que se refere a raciocínio, perto da cabeça. (FERREIRA, 2010, p.38)

Também existem sinais que se distinguem apenas pela diferença de Ponto de Articulação, como aprender e sábado, o que mostra que este se constitui também num traço distintivo. (FERREIRA, 2010, p.38)

Figura 4 - Par mínimo distinto pelo parâmetro 'ponto de articulação'



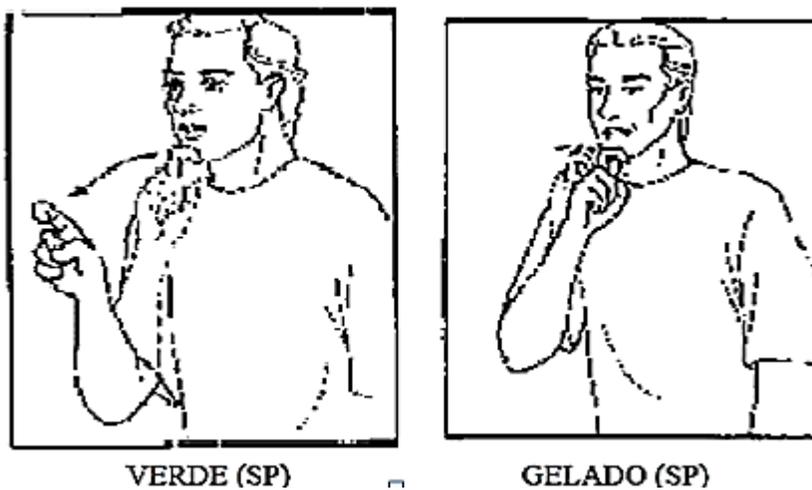
Fonte: (Ferreira, 2010, p.27)

Movimento: é um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até conjuntos de movimentos no mesmo sinal (Klima; Bellugi, 1979). (FERREIRA, 2010, p.38)

Nos movimentos internos da mão, os dedos se mexem durante a realização do sinal, abrindo-se, fechando-se, dobrando-se ou estendendo-se, o que leva a rápidas mudanças na configuração da(s) mão(s). O movimento que a(s) mão(s) descreve(m) no espaço ou sobre o corpo pode ser em linhas retas, curvas, sinuosas ou circulares em várias direções e posições. Em certos sinais, o movimento direcional é icônico. Assim, DAR e RECEBER são direcionados, respectivamente para o corpo ou para longe do corpo. SEPARAR e UNIR são realizados com a aproximação ou separação das mãos. (FERREIRA, 2010, p.38-39)

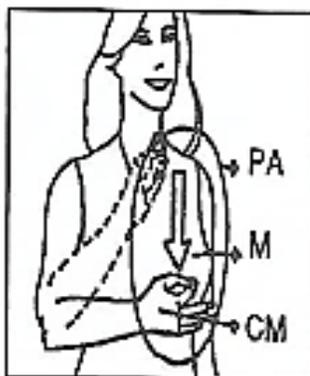
Alguns sinais se diferenciam pelo Movimento. Por exemplo, VERDE e GELADO têm a mesma Configuração [X] e o mesmo Ponto de Articulação (o queixo). A diferença é que, no primeiro, o movimento se caracteriza por uma reta que termina com um toque do indicador no queixo e, no segundo, o mesmo movimento é repetido. (FERREIRA, 2010, p.39)

Figura 5 - Par mínimo distinto pelo parâmetro 'movimento'



Fonte: (Ferreira, 2010, p.40)

Figura 6 – Parâmetros na LIBRAS



Fonte: (Ferreira, 2010, p.24)

Figura 7- As 46 configurações de mãos na LIBRAS



Fonte: (Ferreira, 2010, p.220)

No fragmento sobre a estrutura da LIBRAS do livro I, a autora tendo sido a primeira a desenvolver a descrição da LIBRAS, e sendo linguista, estabelece a comparação da LIBRAS com as línguas orais procedendo a descrição fonética da LIBRAS seguindo o modelo de uma descrição tradicional de uma LO. Há a utilização do mesmo vocabulário pertinente a descrição fonológica de uma língua. Em “Nas línguas orais, os fonemas são produzidos pela passagem de ar pela laringe, nariz e boca, e nas línguas de sinais, a estrutura fonológica se organiza a partir de parâmetros visuais”, fica evidente a preocupação em estabelecer uma equivalência entre as línguas destacando apenas a diferença existente entre os canais, qual seja, no primeiro se dá pela voz e no segundo pelo espaço sendo percebido pela visão. A autora traz uma minuciosa descrição dos parâmetros que constituem a estrutura da LIBRAS, comparando-a com a ASL, no intuito de conferir mais cientificidade, visto que a primeira pesquisa sobre LS foi realizada nos EUA sobre a ASL. Esse posicionamento mostra um discurso que tenta cientificar a LIBRAS. Em todos os livros que analisamos, há uma recorrência dessa descrição minuciosa dos aspectos fonéticos e fonológicos das LIBRAS, o que ratifica

essa tentativa de cientificização da LIBRAS. Vale salientar que esses enunciados que conferem a LIBRAS um caráter científico fazem parte de uma mesma formação discursiva.

A autora do livro I cria um sistema de notação que está presente nos demais livros de descrição da LIBRAS, devido ao caráter científico que estabelece. Esse sistema reforça o discurso que tem o objetivo de figurar a LIBRAS no mesmo espaço privilegiado das línguas naturais. É possível perceber nesse discurso, a influência dos sujeitos estruturalistas que primavam pelos estudos comparativos e pelo estudo da língua enquanto estrutura.

Livro II

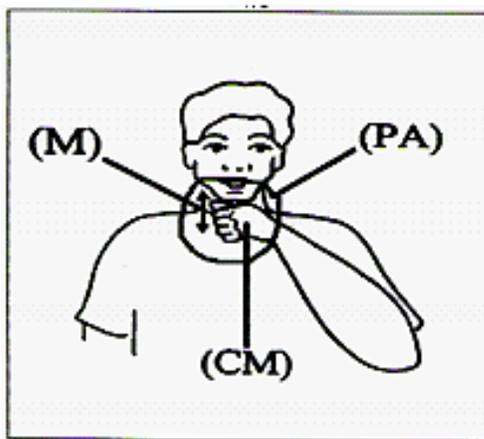
O que é denominado de palavra ou item lexical, nas línguas orais-auditivas, é denominado de sinal nas línguas de sinais. O sinal é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Essas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos **fonemas** e às vezes aos **morfemas**, são chamadas de **parâmetros**. Nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros: (FELIPE, 1997, p. 83-84)

1. configuração das mãos: são formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador. Os sinais APRENDER, LARANJA e ADORAR têm a mesma configuração de mão; (FELIPE, 1997, p.84)
2. ponto de articulação: é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até a cabeça) e horizontal (à frente do emissor). Os sinais TRABALHAR, BRINCAR, CONSERTAR são feitos no espaço neutro e os sinais ESQUECER, APRENDER e PENSAR são feitos na testa; (FELIPE, 1997, p.84)
3. movimento: os sinais podem ter um movimento ou não. Os sinais citados acima têm movimento, com exceção de PENSAR que, como os sinais AJOELHAR; EM-PE, não têm movimento; (FELIPE, 1997, p.84)

Livro III

A LIBRAS têm sua estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes **níveis linguísticos**. Três são seus **parâmetros** principais ou maiores: a Configuração da(s) mão(s)-(CM), o Movimento - (M) e o Ponto de Articulação - (PA); e outros três constituem seus parâmetros menores: Região de Contato, Orientação da(s) mão(s) e disposição da(s) mão(s) (FERREIRA BRITO, 1990). (STROBEL;FERNANDES, 1998, p.7)

Figura 8 – Estrutura do sinal na LIBRAS

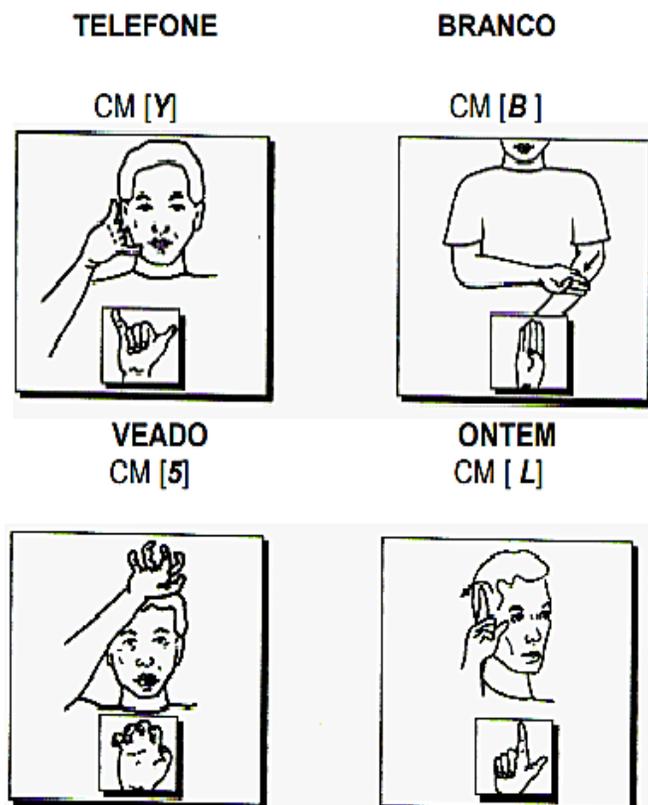


Fonte: (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.7)

Configuração da mão (CM): é a forma que a mão assume durante a realização de um sinal. Pelas pesquisas linguísticas, foi comprovado que na LIBRAS existem 43 configurações das mãos (Quadro I), sendo que o alfabeto manual utiliza apenas 26 destas, para representar as letras. (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.8)

Ex.:

Figura 10 – Diferentes configurações de mãos na LIBRAS



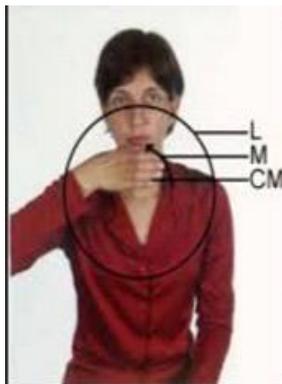
Fonte: (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.7)

Livro IV

Os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço. Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos. Um mesmo sinal pode ser articulado tanto com a mão direita quanto com a mão esquerda; tal mudança, portanto, não é distintiva. Sinais articulados com uma mão são produzidos pela mão dominante (tipicamente a direita para destros e a esquerda para canhotos), sendo que sinais articulados com as duas mãos também ocorrem e apresentam restrições em relação ao tipo de interação entre as mãos. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.51)

A língua de sinais brasileira, assim como as outras línguas de sinais, é basicamente produzida pelas mãos, embora movimentos do corpo e da face também desempenhem funções. Seus principais **parâmetros fonológicos** são locação, movimento e configuração de mão, exemplificados na figura a seguir: (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.51)

Figura 11- Parâmetros fonológicos na LIBRAS



Fonte: (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.51)

Figura 12 - Pares mínimos na LIBRAS



(Fonte: QUADROS; KARNOPP, 2004, p.52)

Configuração da mão (CM)

Conforme Ferreira-Brito, a língua de sinais brasileira apresenta 46 CMs (ver quadro I abaixo), um sistema bastante similar àquele da ASL, embora nem todas as línguas de sinais partilhem o mesmo inventário de CMs. Para a autora, as CMs da língua de sinais brasileira foram descritas a partir de dados coletados nas principais capitais brasileiras, sendo agrupadas verticalmente segundo a semelhança entre elas, mas ainda sem uma identificação enquanto CMs básicas ou CMs variantes. Dessa forma, o conjunto de CMs a seguir refere-se apenas às manifestações de superfície, isto é, de nível fonético, encontradas na língua de sinais brasileira. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.53)

Figura 13 - Configurações de mãos na LIBRAS



5

Fonte: (Ferreira-Brito; Langevin, 1995 apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p.53)

Movimento (M)

Para que haja movimento, é preciso haver objeto e espaço. Nas línguas de sinais, a(s) mão(s) do enunciador representa(m) o objeto, enquanto o espaço em que o movimento se realiza (o espaço de enunciação) é a área em torno do corpo do enunciador (Ferreira-Brito e Langevin, 1995). O movimento é definido como um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso e os movimentos direcionais no espaço (Klima & Bellugi, 1979). (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.54)

Locação (L)

Stokoe define locação (ou ponto de articulação) como um dos três principais aspectos formacionais da ASL. (...) (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.56)

Na língua de sinais brasileira, assim como em outras línguas de sinais até o momento investigadas, o espaço de enunciação é uma área que contém todos os pontos dentro do raio de alcance das mãos em que os sinais são articulados. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.57)

Livro V

CONFIGURAÇÃO DAS MÃOS

⁵ As figuras 9 e 13 são retomadas em dois dos livros que descrevem a LIBRAS sendo consideradas neste trabalho como enunciados.

Através das mãos é possível dar forma às palavras! Usando a **configuração das mãos** da **dactilologia** (ou outras formas) estabeleceremos um canal de comunicação acessível. Realizados tanto pela mão predominante (mão direita para os destros ou mão esquerda para os canhotos), como pelas mãos do emissor. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.40)

Figura 14- Demonstração do posicionamento das mãos



Fonte: (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.41)

Figura 15 - Configuração das mãos em "B"



Fonte: (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.44)

Os demais livros procedem à descrição dos três parâmetros principais da LIBRAS, quais sejam, a configuração de mão, o ponto de articulação e o movimento. Por se tratar de unidades mínimas articulatórias, os parâmetros constituem a fonética e fonologia da LIBRAS, ocupando, desse modo, na organização dos livros, a parte dedicada aos estudos fonéticos e fonológicos.

A regularidade lexical nos fragmentos que se referem à estrutura da LIBRAS acontece por meio das palavras "fonológicos", "parâmetros" e "mãos" considerando que

ao se mencionar “parâmetros”, aqueles que já têm contato com a LIBRAS, e a conhecem, sabem que são três: configuração de mão, ponto de articulação e movimento⁶ (observados pela primeira vez por William Stokoe na ASL). O item lexical fonético e/ou fonológico aciona da memória discursiva o já dito quanto às línguas naturais serem passíveis de descrição em seus traços articulatórios, e isso ratifica o discurso que tenta cientificizar a língua em questão.

Em todos os fragmentos dos cinco livros selecionados, há referência aos parâmetros e a referência ora à fonética ora à fonologia, que se dá pela comparação estabelecida com os fonemas e morfemas da língua portuguesa. Também se observa, a presença de figuras (ilustrações dos sinais) que confirmam a existência dos pares mínimos distintivos encontrados pela mudança de um dos três parâmetros formadores dos sinais. Essa regularidade é verificada em quatro dos cinco livros selecionados. Percebe-se que há o objetivo de propagar um discurso já mencionado nesse trabalho, àquele que tem o intuito de figurar a LIBRAS no espaço reservado às LO. Assim, sempre se estabelece uma análise contrastiva entre as duas línguas oficiais do Brasil, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais.

Por se tratar de uma língua espaço visual, as ilustrações dos sinais são praticamente obrigatórias nos livros de descrição, pois se constituem em manuais de como utilizar uma língua dessa modalidade, bem como são uma forma de registrar a língua até pouco tempo considerada ágrafa. O vocábulo “mãos” bem como sua representação por ilustração nos livros constitui uma regularidade visto que também é por meio delas que se articulam os sinais que, por sua vez, são responsáveis por produzir a “voz” dos surdos.

As várias posições que as mãos podem assumir para articular um sinal foram inventariadas pela autora do livro I, e há a regularidade dessa ilustração em três livros dos cinco livros selecionados incluindo o livro responsável pelo inventário mencionado.

Consideramos que algumas ilustrações presentes nos livros de descrição da LIBRAS constituem-se como enunciados, conforme o que estabelece o conceito de enunciado em Foucault (2002). Assim, para Foucault (2002)

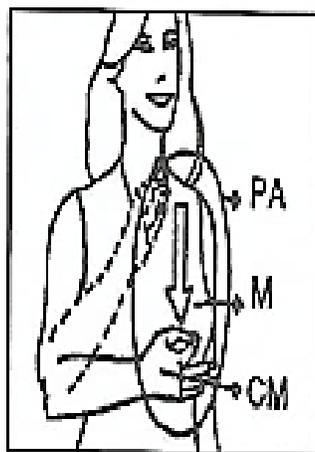
6

Sabe-se que após a observação de Stokoe quanto aos três parâmetros outros foram identificados. Porém, devido ao que nos propusemos fazer neste trabalho, os três parâmetros constituem uma regularidade lexical. Por esse motivo, não há menção aos demais parâmetros.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2002, p.98).

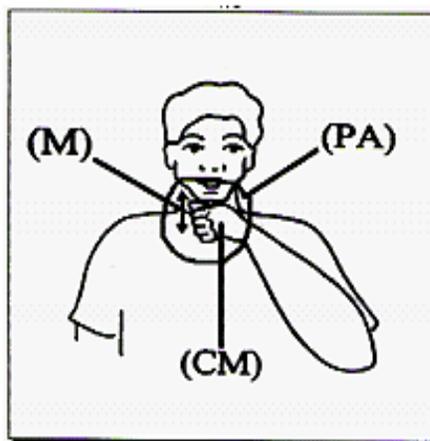
Nessa perspectiva, identificamos os seguintes enunciados regulares nos livros de descrição da LIBRAS, uma vez que apresentam uma função de existência sendo acontecimento em um determinado momento histórico e pertencendo a uma mesma formação discursiva.

Figura 06 – Parâmetros na LIBRAS



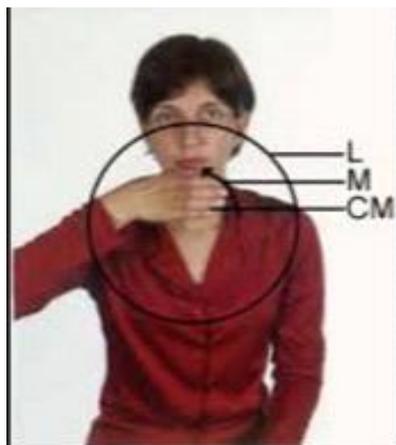
Fonte: (Ferreira, 2010, p.24)

Figura 08 – Estrutura do sinal na LIBRAS



Fonte: (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.7)

Figura 11- Parâmetros fonológicos na LIBRAS



Fonte: (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.51)

Figura 7 - As 46 configurações de mãos na LIBRAS



Fonte: (Ferreira, 2010, p.220)

Os enunciados escolhidos, nesses livros, presentes por meio das figuras 6, 8 e 11, referem-se à estrutura interna dos sinais e sua estratégia de formulação enunciativa de descrição da LIBRAS produz nos interlocutores efeitos de sentidos que acionam da memória discursiva os implícitos os pré-construídos acerca desse enunciado,

lembrando que para Pêcheux (2009) o sujeito não pode se desvencilhar do enunciado, que tem nas condições de produção o ponto crucial de sua configuração.

No enunciado que demonstra o inventário das configurações de mãos (figura 7), percebemos que há uma tentativa de equivalência em relação aos fonemas da língua portuguesa (língua oral). Isso confere à LIBRAS o mesmo status das LO, uma vez que seus pares mínimos são catalogados como o são os fonemas na língua portuguesa, demonstrando um caráter de cientificidade.

No fragmento do livro V, ocorre um discurso disperso dos analisados em meio às regularidades, verificadas nos fragmentos dos livros I, II, III e IV, pois através da expressão “é possível” conseguimos recuperar a concepção equivocada de que a LIBRAS, produzida pelas mãos, não consegue comunicar, ou seja, ser língua natural. Por meio das escolhas lexicais “Através das mãos é possível dar forma às palavras”, há um dizer que é silenciado e que revela as crenças e mitos sobre as LS, em específico àquela que diz ser as LS uma mistura de pantomima.

Através das mãos é possível dar forma às palavras! Usando a **configuração das mãos** da **dactilologia** (ou outras formas) estabeleceremos um canal de comunicação acessível. Realizados tanto pela mão predominante (mão direita para os destros ou mão esquerda para os canhotos), como pelas mãos do emissor (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.40).

No livro V, há uma segunda dispersão observada no que diz respeito à menção sobre os três parâmetros (configuração de mão, ponto de articulação e movimento), as autoras adotam outra forma para explaná-los em seu livro utilizando em vez do gráfico já mencionado nos livros anteriores, elas optam por organizar os sinais por configuração de mãos que correspondem às letras do alfabeto da língua portuguesa fazendo um passo-a-passo da maneira de como realizar o sinal indicando, assim, a configuração de mão que será utilizada, o ponto de articulação no corpo ou no espaço neutro e, finalmente o movimento que é próprio do referido sinal. Essa forma de organizar, de maneira instrucional, revela a posição de um sujeito que dá instruções de como utilizar a língua, sendo essa atitude característica de um instrutor de LIBRAS ou de alguém que conhece bem esse procedimento adotado pelos instrutores surdos. Uma das autoras do livro V, desempenhou, durante muitos anos, essa atividade instrutora

surda, e também é formadora de intérpretes de LIBRAS, fatos que revelam uma das identidades surdas, a identidade de surda que compartilha com a comunidade surda dos mesmos anseios, conhecedora da língua e desejosa de que a língua seja propagada, aprendida e, valorizada pelo maior número possível de pessoas não surdas, ou seja, pessoas ouvintes.

4.5 Fragmentos de textos que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS

Nesta subseção, abordaremos os discursos através da seleção de fragmentos dos textos que se referem à presença do sujeito surdo no processo de descrição da LIBRAS. A análise foi desenvolvida levando em consideração as singularidades dos discursos por meio do vocábulo surdo (a) e de expressões como, “variantes regionais”, “usuário da língua de sinais”, “ouço com meus olhos e falo com as minhas mãos”. No fragmento do livro II, foi possível encontrar o vocábulo variante/variação de forma abreviada em uma ilustração de um sinal que representa a variação regional.

Livro I

Em nosso estudo da LIBRAS, alguns surdos que, no início, eram apenas informantes, passaram a desempenhar o papel de auxiliares de pesquisa, participando do levantamento de dados (entrevistadores, aplicadores de testes e filmadores de interação linguística), na transcrição de dados e no registro de conversas, narrativas e de outros tipos de dados. Em nossa equipe de pesquisa, sempre houve, pelo menos, um surdo adulto filho de surdo e surdos de outras regiões do Brasil para o estudo, inclusive, das **variantes regionais**. Também se buscou controlar a variável sexo e, para tal, trabalhamos com surdos mulheres e homens. (FERREIRA, 2010, p. 203)

No fragmento de texto do livro I, a autora dedica um capítulo para explicar como foi desenvolvida a sua pesquisa. Esse fragmento de texto é o único a apresentar dispersão em relação às regularidades encontradas nos outros quatro fragmentos, pois por meio do modalizador “apenas” ela relata que os surdos, em sua pesquisa, como nas demais, inicialmente, foram somente informantes, no entanto passaram a atuar no trabalho de descrição como auxiliares, ou seja, a presença desses surdos passou a ser mais significativa na obra, o que confere uma maior credibilidade, não somente na

questão que envolve a confiabilidade em relação aos sinais abordados e descritos, como também as identidades surdas, que acreditamos, por conta de tal fato, ter permeado o livro. Há também a informação de ter a presença de surdos adultos filhos de surdos, fato que confere a LS em descrição menos influência da língua oral o que demonstra um discurso que torna a obra com maior aceitação na comunidade surda. Além da presença física dos surdos na pesquisa, a inclusão das variantes regionais no trabalho, traz, de certa forma, o sujeito surdo de cada região mencionada. O reconhecimento de um modo de “falar” de cada região revela respeito pela comunidade surda representada por aquele referido sinal e constitui mais um indício linguístico para a afirmação de que a LIBRAS é língua natural, pois se sabe que as LS também sofrem as variações regionais.

Livro II

Figura 16 - Variantes regionais da LIBRAS do estado de Rio de Janeiro



7

Fonte: (FELIPE, 1997, p.112)

⁷ A autora do livro II menciona, no apêndice de sua obra, as variações regionais de alguns sinais. Fato este que demonstra a preocupação em registrar os tipos de variantes que determinadas comunidades surdas utilizam, trazendo para seu livro de descrição a presença do sujeito surdo, uma vez que ao considerar a existência das variações regionais também está inserindo o sujeito surdo nesse processo de descrição da LIBRAS.

Figura 17 - Variantes regionais da LIBRAS do estado de São Paulo

VSP NÃO - ENTENDER

V SP/ VRJ NÃO - ENTENDER



Fonte: (FELIPE, 1997, p.112)

Livro III

VARIAÇÃO REGIONAL: representa as variações de sinais de uma região para outra, no mesmo país.

Ex.: **VERDE**

Figura 18 - Variações regionais na LIBRAS

Rio de Janeiro

São Paulo

Curitiba



Fonte: (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.01)

Nos fragmentos de texto dos livros II e III, permanece a regularidade observada por meio da expressão “variantes regionais” que, como já mencionado acima, aciona efeitos de sentidos que corroboram com a construção das identidades surdas nas obras, pois o surdo, que utiliza a LIBRAS, ao ler esses livros que tratam da descrição de sua língua natural se reconhece e se identifica com esses diversos “falares” representados pelas ilustrações dos sinais regionais.

Livro IV

Optou-se por utilizar fotos de uma **surda usuária da língua de sinais** brasileira, Gisele Rangel. As fotos foram tiradas em estúdio por um fotógrafo profissional, Leonardo Kerkhoven, a partir dos exemplos listados neste livro. Posteriormente, estas fotos passaram por outro surdo, Deonísio Schirmer, também **usuário da língua de sinais**, para o acréscimo dos movimentos e edição das imagens. No processo de edição, também houve a colaboração de Antônio Carlos Cardoso Alves. As fotos editadas representam os sinais e incluem as expressões faciais utilizadas na produção destas (o que seria muito trabalhoso reproduzir através de desenhos) (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.37)

Livro V

Talvez não haja a necessidade de fazer um diagnóstico tão minucioso sobre quem sou, pois sou surdo. A maior dificuldade neste trabalho não foi a pesquisa e sim como transmitir a vocês, contudo, **ouço com meus olhos e falo com as minhas mãos**. (Relato de Rimar Ramalho Segala, irmão de Sueli Segala) (KOJIMA; SEGALA, 2008, p.110)

Os fragmentos de texto dos livros IV e V trazem de maneira explícita como o sujeito surdo foi inserido na descrição feita sobre a LIBRAS. No fragmento do livro IV, as autoras não são surdas, porém uma delas é CODA, ou seja, teve a LIBRAS como língua materna o que a torna, em relação à outra autora, mais sensível a compreender melhor que nesse processo de descrição seria imprescindível a presença do sujeito surdo. Nesse caso, como ainda não se tem a descrição da LIBRAS realizada, exclusivamente por um falante nativo da língua, ainda não temos um processo de descrição visto apenas “pelo olhar surdo”, fato que significaria ter a língua livre de um olhar colonizador, há, em dois dos livros analisados, a autoria composta por surdo e não surdo, o que já configura o discurso do colonizado presente na obra. Dessa forma, nos fragmentos de texto do livro IV e V, a regularidade se dá por meio da expressão “usuária da língua de sinais brasileira” e “ouço com meus olhos e falo com as minhas

mãos”. Na primeira expressão, trata-se de linguistas se referindo ao utente de uma língua o que evidencia o lugar institucional ocupado, e na segunda trata-se do próprio usuário da língua falando, o surdo, o qual demonstra uma forma poética e mais emocionada de declarar que é usuário da LIBRAS. Nesse sentido, de acordo com Hall (1996) “As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história.” (HALL, 1996, p.70). Dessa maneira, percebemos um pertencimento a um grupo cultural demonstrando um posicionamento, uma identificação.

Ainda no fragmento de texto do livro V, é possível perceber que ao se dizer “a maior dificuldade neste trabalho não foi a pesquisa e sim como transmitir a vocês” está implícito a participação na pesquisa por parte do enunciador que por ser irmão da autora, e ser surdo, com certeza, colaborou na maneira de selecionar, produzir e organizar os sinais na obra.

Pode-se afirmar, pelas dispersões nos fragmentos de texto dos livros IV e V, nos quais foi possibilitada a participação ativa dos surdos no processo, que há o sujeito surdo na descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS, uma vez que, a eles foi oportunizado colaborar não somente como informantes, mas também como sujeitos atuantes no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi nosso intuito conhecer a descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS por meio da pesquisa de livros cujos autores tiveram a árdua tarefa de abordar uma língua envolta em diversas crenças e preconceitos e, além disso, encontrar as regularidades dos discursos que envolvem as línguas de sinais. Por possuir uma modalidade diferente da língua oral, a língua de sinais tem sido, ao longo dos anos, marginalizada e estigmatizada por uma maioria ouvinte. Percebemos que diversos são os discursos sobre a LIBRAS, e sobre os surdos, como já mencionado na seção que descreve o *corpus*, o que nos possibilitou delimitar nosso objeto de pesquisa. Por isso, propusemo-nos a analisar, de acordo com a teoria da ADF, os inúmeros discursos presentes nos livros de descrição da LIBRAS.

A pesquisa se constituiu em duas partes, a saber, o processo de descrição da LIBRAS e a análise dos discursos que circulam nessas formações discursivas, considerando cada livro de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS como uma formação discursiva, objetivando encontrar, por meio dos enunciados, as regularidades e dispersões desses discursos.

Para abordar o processo de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS fez-se necessária uma retrospectiva histórica sobre as pesquisas acerca das línguas de sinais no mundo para que se pudesse chegar à língua de sinais utilizada pela comunidade surda brasileira. Para tanto, foi realizado um levantamento do maior número possível de publicações sobre a descrição da LIBRAS. Após a seleção do *corpus* da pesquisa, composto de cinco livros que se aventuraram em descrever uma língua espaço-visual, sem status de língua natural, foi observado que havia uma forma regular como os discursos se organizavam nos livros. Todos faziam referência às línguas de sinais como sendo línguas naturais, à modalidade de língua diversa da língua oral, às crenças e preconceitos sobre as línguas de sinais e à estrutura interna dos sinais. Devido a alguns livros fazerem referência à presença do sujeito surdo em suas descrições, julgamos interessante reunir os fragmentos de textos que fizessem referência expressa a essa presença, e àqueles em que tal presença fosse percebida por conta do não dito dos enunciados.

Foi nosso intuito também, esclarecer ao leitor algo que constitui um equívoco, pensar que já se tem uma gramática normativa da LIBRAS. Ao mesmo tempo, aproveitamos para expor como foram organizados os livros que descrevem a LIBRAS. Dessa forma, utilizando os estudos de Possenti (1998) e Perini (2006), abordamos a concepção de gramática descritiva, enfatizando que essa foi a concepção de gramática elaborada pelos autores apresentados na seção três deste trabalho, e que trataram da descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS.

Sabemos que, ao falar em língua, pressupõe-se também um sujeito e sua cultura, assim, ainda na seção dois, foi nossa pretensão, ao abordar as concepções de identidade propostas por Bhabha (1998) e Hall (2006), apontar e reconhecer que os surdos possuem uma cultura diferente da cultura ouvinte, porém não deixam de compartilhar da cultura ouvinte e, de acordo com isso, não possuem somente uma identidade, mas identidades fragmentadas.

Para proceder às análises, utilizamos a teoria da ADF e, mobilizamos os elementos propostos por Foucault (2002) dentre eles, arquivo, que neste trabalho constituem os livros de descrição da LIBRAS, as formações discursivas através dos fragmentos de textos dos referidos livros e os enunciados presentes nos fragmentos de textos. Em Pêcheux (1999; 2009), abordamos os conceitos de memória discursiva, interdiscurso e condições de produção, os quais possibilitaram entender que os discursos acerca da LIBRAS repousam em uma memória coletiva, como por exemplo, as crenças e preconceitos sobre a LIBRAS, também mencionados na subseção 1.5 da seção 1 e, que são acionados pelos sujeitos produzindo efeitos de sentidos que se constituem no interdiscurso que é o conjunto do dizível tanto histórico como linguístico. Também foi visto, por meio das condições de produção, o contexto sócio-histórico ideológico em que a LIBRAS passou a ter visibilidade e, nos discursos analisados, tem sido considerada língua natural.

Foi possível constatar, a partir da formação discursiva averiguada nos fragmentos de textos dos livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS que há regularidades e dispersões ocorrendo de forma simultânea. A LIBRAS é firmada como língua natural, como possuidora de uma modalidade espaço-visual, há a tentativa da desqualificação das crenças e preconceitos existentes sobre a LIBRAS, sendo

apresentada a estrutura interna da LIBRAS, reiteradamente, bem como os níveis linguísticos fonológico, morfológico, sintático e semântico que também ocorrem na LIBRAS. Vale salientar que, em se tratando de descrição de uma língua de sinais, no caso, a LIBRAS, tal descrição se torna mais autêntica havendo a presença de seu falante nativo, ou seja, o surdo, sendo ele autor ou participante ativo da pesquisa. Desse modo, identificamos dentre os inúmeros discursos que se formam sobre a LIBRAS um discurso que tenta cientificizar a LIBRAS, e que mobiliza outros olhares da linguística, visto que acrescenta uma outra modalidade de língua, oferecendo elementos significativos para se ampliar os estudos dos princípios que regem as línguas humanas.

Ao final desta pesquisa, sabemos que o assunto não foi esgotado, que muito ainda precisa ser dito sobre os discursos que são veiculados sobre a surdez e os surdos, e que a língua de sinais ainda está vivenciando um processo de consolidação como língua natural. Da mesma forma, os surdos necessitam ter sua língua reconhecida e valorizada fato que, com certeza, contribuirá para a formação das inúmeras identidades surdas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de J.J. Moura Ramos. Lisboa/Campinas: Ed. Presença/Martins Pontes, 1992.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In *Revistas Eletrônicas Filogenese*. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renata Goncalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BATTISON, R. M. American Sign Language Linguistics 1970-1980: Memoir of a renaissance. In: EMMOREY, K.; LANE, H. The signs of language revisited: Anthology of Honor Ursula Bellugi and Edward Klima. Mahwah, New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, Publishers, 2000. p. 5-16.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 abr. de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 dez. 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez. 2005.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, P.V. artigo científico O Abade de L'Epée no Século XXI. Disponível em < [https:// www.porsinal.pt](https://www.porsinal.pt)> acesso em 10/02/2016

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. *Knowledge of Language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

FELIPE, Tanya Amara. Introdução à Gramática da LIBRAS. In: Educação Especial, vol. III. Série Atualidades Pedagógicas, 4. Brasil, SEESP, MEC, 1997.

FERNANDES, C.A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, L. Por Uma Gramática de Línguas de Sinais. 1. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. Cadernos de Pesquisa, n. 114, nov., 2001. Disponível em: < [https:// www.scielo.br](https://www.scielo.br)> Acesso em 25/05/2016.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Leituras Filosóficas. 6a Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. A arqueologia do saber. 5a Ed. RJ: Forense Universitária, 2002.

_____. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25a Ed. SP: Graal, 2012.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. O estatuto linguístico das línguas de sinais: A LIBRAS sob a ótica saussuriana. 2013. 92f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1a.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GREGOLIN, M.R. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.A. e SANTOS, J.B.C. (Org.). Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: UFU, 2003.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro. 11.ed. ,1.reimp. RJ: DP&A Editora, 2011.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro de Salles (1939-). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HULST, H.Units in the analysis of signs. In: *Phonology* 10. Cambridge: Cambridge University, 1993. p. 209-41.

KARNOPP, L. B. (1994) Aquisição do Parâmetro Configuração de Mão dos Sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre.

_____. (1999) Aquisição fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre.

KLIMA, Edward; BELLUGI, Ursula. The signs of language. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cad. CEDES vol.19 n.46. Campinas Setembro de 1998.

LEITE, Tarcísio de Arantes. A segmentação da língua de sinais brasileira (libras): um estudo linguístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos. 2008. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Departamento de Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LYONS, J. *Linguagem e linguística*: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MARTELOTTA, M. E. (org.) Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.169-181, jan. mar. 2008.

ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. E.P. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PECHEUX, Michel. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2. ed. Ver. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Por uma análise automática do discurso. Trad. de Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Papel da memória. In: Achard, P. et al. Papel da memória (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4a Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. Michel. O Discurso: Estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 6a Ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.

_____. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso, 1, 2003, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, nov. 2003, p. 10-13. 1 CDROM.

PERINI, Mário A. Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. Fênix. Rev. de História e Estudos Culturais. Vol. 3. Ano III. nº. 2. Abril – Maio – Junho 2006. Disponível em: <[https:// www.revistafenix.pro.br](https://www.revistafenix.pro.br)>. Acesso em 11 de maio de 2016.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola? Campinas. SP: Mercado de Letras, 1998.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: aquisição de linguagem. São Paulo: Artmed, 1997.

_____.R. M. de Phrase structure of Brazilian sign language. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre. 1999.

_____. Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. R. M. (org.). Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

_____.Ronice Müller. Estudos de línguas de sinais: uma entrevista com Ronice Müller de Quadros. *ReVEL*, vol. 10, n. 19, 2012 disponível em <<https://www.revel.inf.br/pt>> acesso em 09 de setembro de 2015.

QUADROS, R. M. de & PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. Língua de Sinais Brasileira I. Apostila. Florianópolis, 2009. UFSC.

QUIRÓS, J.B.; de GUELER, F.S. de. *La comunicacion humana y su patologia: ensayo histórico hasta 1900*. Tomo 1, VI. 2. Buenos Aires: C.M.I., 1973.

PERLIN, G. T. T. 2013. 'Identidades surdas'. In SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação.

RAMOS, Clélia Regina. LIBRAS: A Língua dos Sinais dos Surdos Brasileiros. E-BOOKS, 2003.

SÁ, Nídia R. Limeira de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 169-192.

_____. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

SEGALA, S. R.; Kojima, Catarina Kiguti (Org.). Libras Língua de Sinais A Imagem do Pensamento. 2. ed. São Paulo: Escala, 2008.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Muller de (Org.). Estudos Surdos I. [Petrópolis, RJ] Editora Arara Azul, 2006. p.14-37.

SKLIAR, C. La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica. Mendonça: EDIUNC, 1997.

_____. A. Localização Política da Educação Bilíngue para Surdos (p. 7-14) in (org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Processos e Projetos Pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

STOKOE, W.C. Sign Language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. In: *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*. Vol.10, No.1. New York: Oxford University Press, 2005. (p. 3-37)

STROBEL, K. L.; FERNANDES, Sueli. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

_____. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. Dissertação de doutorado UFSC, 2008.

SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais in QUADROS, R. M. e VASCONCELOS, M. L. B de (org.). Questões teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais, TISLR 9. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 329-338.

XAVIER, A. N. Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (libras) 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<http://www.scielo.br> (último cesso em 10/06/2009)

<http://www.revel.inf.br/pt> (último acesso em 09/09/2015).

<http://www.injs-paris.fr> (último cesso 10/02/16)

<http://www.cle.unicamp.br> (último acesso 16/03/2016)

<http://www.portaleducacao.com.br> (último acesso 17/03/2016)

<https://www.revistafenix.pro.br>. (ultimo acesso em 11/05/2016)

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114> (último cesso em 25/05/2016)

<https://culturasurda.net/> (último acesso em 09/06/2016)

<http://www.editora-arara-azul.com.br> (último cesso em 06/06/2016)

<http://www.infoescola.com> fonologia (último acesso 16/06/2016)